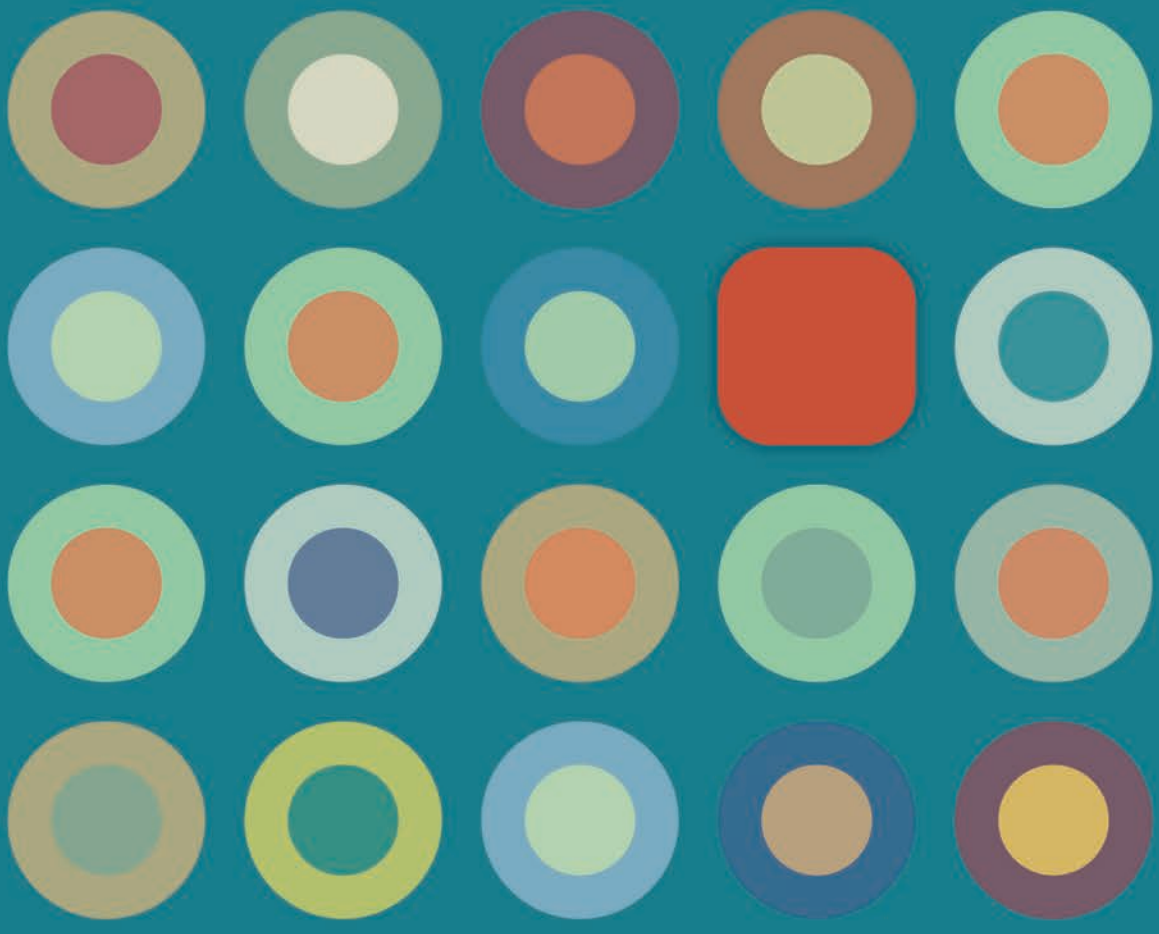
Edição número 28 / setembro 2021

L/ATITUDE

ESCOLAS PORTUGUESAS NO ESTRANGEIRO

De que falamos quando referimos

Educação Inclusiva?



Ficha Técnica

Proprietário
Direção-Geral da Administração Escolar (DGAE)

Diretora
Diretora-Geral da DGAE
Susana Castanheira Lopes

Editora executiva
Diretora de Serviços da DSEEPE
Paula Marinho Teixeira Alves

Editores
António Monteiro, Isabel Monteiro, Micaela Durão

Paginação e Layout
Mário Louro

Execução Gráfica
Geração Favorita

Colaboradores
Escolas Portuguesas no Estrangeiro (EPE)

Periodicidade
trimestral

Sede de Redação
DGAE – Avenida 24 de julho, 142, 1399-024 Lisboa

Agradecimentos
Agradecemos a todos quantos colaboraram na redação dos artigos subordinados a um tema tão atual como é o da Educação Inclusiva e também a quem nos remeteu fotografias alusivas a esse tópico, ou que, de outro modo qualquer, contribuiu para que este projeto continue a ser possível.

Os artigos que compõem esta edição são da autoria de elementos da Direção/professores/técnicos especializados das várias escolas, públicas e privadas, com currículo português, sediadas nos vários países indicados.

Isenta de Registo na E.R.C., ao abrigo do Decreto Regulamentar nº 8/99, de 9 de junho, artigo 12º, nº 1, alinea b).

Editorial

Professor David Rodrigues

"Ici je veux soulignerqu'une des grandes leçons de ma vie est de cesser de croire en la perenité du present, en la continuité de l'avenir, en la previsibilité du futur."

Edgar Morin,
"Leçons d'un siècle de vie", Denoël, 2021

Com que facilidade entrou a palavra "inclusão" no nosso vocabulário! Hoje fala-se de inclusão nos mais extravagantes contextos: existe "bagagem inclusiva" (a que leva tudo o que se precisa...), existem menus inclusivos (aqueles que compreendem todos os itens), existem transportes inclusivos (os que têm acesso por exemplo a cadeiras de rodas), etc. Falar em algo que seja mais do que era a expectativa inicial do seu âmbito logo suscita a palavra inclusivo. Inclusivo aparece até com a conotação de mistura, de coisas diferentes que são sobrepostas e sem critério. Mas afinal, e sem explorar as generalizações que a palavra tem, "de que falamos quando falamos de Inclusão?". Num registo necessariamente sintético falaremos de três aspetos principais:

Em primeiro lugar falamos de um Direito Humano. As Nações Unidas consideraram em 2019 que a Inclusão é um direito e, mais do que isso, é um direito multiplicador. É um direito multiplicador na medida em que quando se assegura um ambiente inclusivo nele vão florescer outros direitos humanos. A Inclusão é, à semelhança do Direito à Educação (art.º 26.º da DUDH), uma alavanca que permite o cumprimento e o aprofundamento de outros direitos.

A Inclusão é também um instrumento fundamental para promover a equidade. A equidade consiste em fazer com que as condições de cada um (p. ex. a etnia, o género, a origem socioeconómica e cultural, etc.) não originem desigualdade. A equidade olha as diferenças que os humanos têm como características que, se forem adequadamente encaradas, se podem tornar úteis e positivas para todos. A Inclusão, neste aspeto, é um instrumento que conduz ao aprofundamento da equidade dado que proporciona a oportunidade de vivermos juntos, aproveitar das nossas diferenças e assim combater a desigualdade.

Foto de Andrea Piacquadio no Pexels

> As Nações Unidas consideraram em 2019 que a Inclusão é um direito e, mais do que isso, é um direito multiplicador. É um direito multiplicador na medida em que quando se assegura um ambiente inclusivo nele vão florescer outros direitos humanos.

Em terceiro lugar, quando falamos de Inclusão estamos a falar de humanismo. As crivagens sociais e as faltas de coesão social são em grande parte originadas pelo facto de impormos a toda a sociedade tempos, espaços e metas que são apregoadas como universais, mas que, na verdade, só alguns podem alcançar. Muitas vezes as estruturas sociais (por exemplo a escola) serviram mesmo para legitimar as desigualdades sociais. Pelo contrário, a Inclusão promove cada um a partir de onde está através de uma visão alargada da capacidade de resolver problemas, de trabalhar cooperativamente, de encontrar e desenvolver soluções criativas, de delinear e concretizar projetos. Este respeito pela diversidade e pela dignidade de cada pessoa é um valor profundamente inclusivo.

Abrimos este texto com uma citação do filósofo francês Edgar Morin em que ele nos previne para a falta de perenidade, continuidade e previsibilidade do nosso mundo. Talvez seja esta uma das missões fundamentais dos ambientes inclusivos: responder a sociedades complexas e imprevisíveis em que só um sentido de comunidade e de humanismo nos poderá ajudar a enfrentar a magnitude dos desafios que se nos colocam. Muitas vezes se diz que a Inclusão é muito difícil, mas o que é mesmo incomportável e injusto são os custos sociais da exclusão e da desigualdade.

Professor David Rodrigues
Conselheiro Nacional de Educação

Índice

Editorial

4 Professor David Rodrigues
Conselheiro Nacional de Educação

Notícias

59 Concurso Nacional de Leitura

Angola

9 Escola Portuguesa de Luanda CELP

12 Colégio Atlântico

13 Colégio Dante Alighieri

14 Colégio Educ'Arte

15 Colégio S. Francisco de Assis

17 Complexo Escolar Privado Leme Educare

19 Colégio Português de Luanda

21 Escola Portuguesa de Lunda Sul

23 Escola Camilo Castelo Branco

Cabo Verde

26 Escola Portuguesa de Cabo Verde CELP

31 Escola Portuguesa do Mindelo

Guiné-Bissau

34 Escola Portuguesa na Guiné-Bissau

9

17

26

34

37

41

49

55

Macau

37 Escola Portuguesa de Macau

Moçambique

41 Escola Portuguesa de Moçambique CELP

46 Escola Lusófona de Nampula

São Tomé e Príncipe

49 Escola Portuguesa de S. Tomé e Príncipe CELP

Timor-Leste

55 Escola Portuguesa de Díli CELP - Ruy Cinatti

Angola

Photo by Sergey Zhesterev on Unsplash

Escola Portuguesa de Luanda - Uma Escola Inclusiva

Pintura feita por alunos do 4.º ano sobre "Diferença e Inclusão"

A Escola Portuguesa de Luanda assume-se como uma escola inclusiva. Atualmente, deparamo-nos com grandes desafios para responder às necessidades de todos os alunos, cabendo-nos a nós, professores, a tarefa de encontrar formas de responder às necessidades educativas de uma população escolar que se apresenta cada vez mais heterogénea, tendo em vista a construção de uma escola efetivamente inclusiva.

A Escola Portuguesa de Luanda tem um papel interventivo na Educação Inclusiva ao nível académico e social, visando a integração da diversidade cultural, a igualdade de oportunidades e a importância do acesso de todos os estudantes, de maneira igualitária, aos meios disponíveis. Esta intervenção é feita com alunos, docentes, funcionários e encarregados de educação/família.

O Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, veio contextualizar e enquadrar legalmente a educação e a escola inclusiva, dando voz à consciência de que somos todos diferentes e é essa diferença que nos torna mais ricos enquanto pessoas.

Assim, cumprindo o estipulado no referido Decreto-Lei, no presente ano letivo, a Escola Portuguesa de Luanda conta com um universo de 1609 alunos (excluindo o ensino Pré-Escolar), encontrando-se a usufruir de medidas de apoio à aprendizagem e à inclusão 421 alunos, distribuídos pelos diferentes ciclos de ensino.

Destacamos, ainda, que do universo de 421 alunos ao abrigo do Decreto-lei n.º 54/2018, 94% usufruem de medidas universais, 5% de medidas universais e seletivas e 1% de medidas universais, seletivas e adicionais.

Contamos com uma equipa formada por uma docente de educação especial e duas psicólogas que fazem parte do Serviço de Psicologia e Orientação da Escola.

A Educação Inclusiva é missão daqueles que se envolvem no processo educativo e, como tal, é também missão do Serviço de Psicologia e Orientação (SPO) da Escola Portuguesa de Luanda. Este serviço estabelece, pela sua natureza, enquadramento na escola e em função dos casos, uma estreita ligação com a educação especial, integrando o Projeto Educativo da Escola.

A intervenção é feita com alunos que necessitam de acompanhamento psicopedagógico ou psicológico, havendo um acompanhamento com vista à promoção do bem-estar, da saúde mental, do sucesso escolar, do desenvolvimento de competências pessoais, interpessoais e académicas, com o intuito de promover a melhor integração do aluno.

Ainda com foco nos alunos, são realizadas ações de sensibilização para a aceitação da diferença, pretendendo cada vez mais afastar-nos de uma visão pouco inclusiva que encara o diferente como aquele que tem um diagnóstico, limitações físicas, sociais ou emocionais mais evidentes, para um enfoque que vise "responder à diversidade das necessidades e potencialidades de todos e de cada um dos alunos, através do aumento da participação nos processos de aprendizagem e na vida da comunidade educativa" (número 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho).

O SPO também se dedica à prevenção de fenómenos de violência e à promoção de relações harmoniosas, e, neste sentido, as temáticas "resolução de conflitos" e "habilidades socio-emocionais" têm marcado a sua atuação, para além de participar noutros projetos inerentes à promoção de bem-estar dos alunos, mobilizando os recursos necessários.

Responde, ainda, à necessidade de orientação vocacional dos jovens, com a implementação de um programa para os alunos do 9.º ano, o qual se inicia com uma abordagem junto da família e percorre um caminho junto de cada aluno para que tomem decisões mais informadas. O autoconhecimento e o estímulo à exploração e gestão da informação são, também, domínios chave de intervenção.

Atividades no âmbito do Dia Mundial da Conscienciali-zação do Autismo

Atualmente, está em curso o desenvolvimento de um projeto intitulado "Escola sem Bullying", integrando o SPO e a Educação Especial (SPO/EE), conduzido por uma equipa composta por professores dos vários ciclos de ensino, desde o pré-escolar até ao secundário. O projeto tem como objetivos a promoção de atitudes e valores para uma convivência harmoniosa entre os alunos, através de estratégias que passam pela sensibilização da comunidade escolar e reporte de situações de bullying, envolvendo alunos mais velhos que acompanharão alunos mais vulneráveis.

Há uma grande colaboração do SPO/EE com todos os docentes no âmbito do aconselhamento psicológico e psicoeducativo, visando a organização de respostas educativas diferenciadas e a mobilização de medidas de suporte à aprendizagem para a implementação de práticas pedagógicas inclusivas.

O SPO/EE atua, ainda, junto das vigilantes e auxiliares no sentido de as sensibilizar para reportarem e atuarem nos espaços de recreio ao observarem situações de exclusão.

Os encarregados de educação/famílias são também intervenientes importantes e daí o SPO/EE ter uma intervenção direta junto dos mesmos. É prestado suporte emocional e orientação às famílias de alunos vulneráreis, com o objetivo de promover uma aceitação/compreensão das especificidades dos seus educandos, bem como a avaliarem a necessidade de encaminhamento para avaliações médicas e multidisciplinares de eventuais dificuldades dos seus educandos.

O SPO contribui também através de:

- Avaliações de despiste sempre que possível, de forma a compreender melhor o aluno e a adaptar o ensino e a aprendizagem de forma mais eficaz;

- Participação na Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva;

- Orientação e suporte no processo de tomada de decisão escolar e profissional para que esta seja consciente e assertiva indo ao encontro das capacidades do aluno;

- Transição entre ciclos de ensino de forma a facilitar a mudança.

Finalmente, uma educação inclusiva pode implicar uma articulação com organizações e instituições externas à escola, na resposta às necessidades dos alunos.

A análise que fazemos da nossa prática como escola inclusiva revela um fortalecimento de laços de fraternidade, espírito de grupo, solidariedade, companheirismo e preocupação entre pares, salientando-se a importância da prática inclusiva como objetivo da promoção de um desenvolvimento global e do sucesso dos alunos.

Marisa Silva, Docente de Educação Especial
Ana Cruz e Irina Ferreira, Psicólogas

"É prestado suporte emocional e orientação às famílias de alunos vulneráreis, com o objetivo de promover uma aceitação/compreensão das especificidades dos seus educandos, bem como a avaliarem a necessidade de encaminhamento para avaliações médicas e multidisciplinares de eventuais dificuldades dos seus educandos.

Colégio Atlântico

De que falamos quando referimos Educação Inclusiva ?

Foto de Artem Podrez no Pexels

A Educação Inclusiva surgiu com a necessidade de mudarmos o nosso sistema de educação.

Ao falarmos de Educação Inclusiva pressupomos uma educação para Todos, onde os sistemas de ensino são planeados e adaptados a cada uma das crianças, tal como está proclamado na Declaração de Salamanca, "cada criança tem o direito fundamental à educação e deve ter a oportunidade de conseguir e manter um nível aceitável de aprendizagem".

Sem uma Educação Inclusiva, as crianças com algum tipo de necessidades educativas especiais, necessitavam de recorrer a instituições especializadas. Com a implementação de uma Educação Inclusiva, as crianças são integradas em escolas regulares.

Nós, Colégio Atlântico, temos como objetivo permitir a convivência e a integração social de todas as crianças, independentemente das diferenças, favorecendo uma melhor diversidade. Fazendo essa integração, readaptamos o nosso colégio conforme as diferentes necessidades, para com isso promovermos a inclusão escolar.

Sónia Parreira
Educadora de Infância

De que falamos quando referimos Educação Inclusiva ?

Crianças do Colégio Dante Alighieri

É com o orgulho de quem continua certo da sua missão inclusiva, que partilhamos com todos os leitores da revista *Latitude* a nossa opinião sobre Educação Inclusiva. O Colégio Dante Alighieri revela-se uma instituição preocupada com a sua envolvente.

Atendendo à temática dos alunos com necessidades educativas especiais em meio escolar, é necessário fazer uma grande distinção entre os conceitos de integração e de inclusão, pois integrar é colocar a criança ou jovem com necessidades especiais na escola, já incluir é criar metodologias e estratégias, para que este, dentro de uma sala de aula aprenda e se desenvolva, pelo que é necessário ponderar, caso a caso.

A relação entre a escola e a família é sempre um ponto muito importante no desenvolvimento multinível de qualquer criança/jovem, assumindo um papel muito mais relevante nos casos em que o aluno é portador de uma necessidade inclusiva.

Dos pais de crianças e jovens com necessidades educativas especiais com quem temos trabalhado, existem pais mais receosos e fechados em si mesmos e pais muito ativos, com muito otimismo em relação ao futuro e às capacidades dos seus filhos. É um processo que leva o seu tempo, mas que é muito gratificante.

Conscientes de que temos um longo caminho a percorrer no meio onde estamos inseridos, é necessária uma maior dose de sensibilização para as questões da inclusão da pessoa com deficiência ou outra necessidade junto da sociedade civil e, nesse contexto, o Colégio Dante Alighieri pretende contratar pessoal docente habilitado a trabalhar em projetos futuros para conseguir melhorar as suas capacidades de incluir todos os alunos no meio escolar.

Branca Inácio e Victor Correia
Direção e Coordenação Pedagógica

Colégio Educ'Arte

De que falamos quando referimos Educação Inclusiva ?

Dia da Criança Africana / a multiculturalidade dos povos

O Colégio Educ'Arte nasceu em Angola em 2013, tendo atualmente 8 anos de história e de ensinamentos que considera essenciais para a vida, como o respeito pelo outro e por si próprio. É naturalmente uma escola inclusiva pela população que abrange, pois está pensada para acolher crianças pertencentes a diferentes culturas, nacionalidades, diferentes raças. A inclusão é um dos principais objetivos, sendo que durante todo o seu tempo de existência nunca nos deparámos com situações de exclusão ou de crítica discriminatória entre crianças, independentemente das suas características ou capacidades. Talvez pela dimensão da própria escola, talvez pela forma como conduzimos todo o processo de inclusão, talvez porque também somos uma equipa multicultural. Não importa a razão, importa o resultado.

Ter na sua equipa técnicos de ensino especial sempre foi um objetivo, mas talvez pela sua localização nunca foi possível implementar esta vertente no projeto, obrigando a equipa a uma constante adaptação às diferentes situações e a um contacto próximo, quer com os pais, quer com os técnicos que acompanham as crianças que carecem desta especialidade. Acreditamos que esta é uma parte importante do nosso trabalho, procurando nos diferentes técnicos auxílio para também melhor adaptarmos a nossa resposta às diferentes situações. Além das crianças naturalmente identificadas pela equipa, outras crianças são-nos referenciadas, sendo que infelizmente a nossa capacidade em acolher a enorme procura que o país apresenta está muito aquém daquilo que nós desejaríamos.

Qualquer criança no Colégio Educ'Arte é acima de tudo vista como uma criança, independentemente das suas características. Este é um lema que se acredita importante para que todas as crianças sejam vistas como iguais entre si. O próprio projeto contempla atividades e temas que demonstram que embora diferentes todos somos iguais, sendo um lema que procuramos defender desde os primeiros anos de vida.

Patrícia Catarino
Subdiretora e Coordenadora do SPO

Não há saber mais ou saber menos: há é saberes diferentes.

Exemplo de inclusão na Educação Pré-Escolar

A Educação Inclusiva remete-nos para o direito incontestável de qualquer aluno ter acesso a uma educação de acordo com as suas potencialidades, expectativas e necessidades. Este percurso deve apoiar-se num processo diversificado, cooperativo e equitativo, visando proporcionar a todos, a participação, a criação de um sentido de pertença e a promoção da aprendizagem. Trata-se, então, de um processo continuum que acompanha o aluno ao longo de todo o seu caminho, atingindo "um perfil de base humanista, ancorado no desenvolvimento de valores e de competências que os torna aptos ao exercício de uma cidadania ativa exercida em liberdade e proporcionadora de bem-estar."

Numa perspetiva inclusiva, o Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, veio salientar uma abordagem assente em respostas educativas e não em categorias de alunos. Assim, deposita na escola o papel de identificar as barreiras à aprendizagem, apostando na diversidade de estratégias para as ultrapassar. Através da abordagem multinível, recorre-se a diferentes níveis de intervenção, nomeadamente: medidas universais, medidas seletivas e medidas adicionais.

Estas mudanças significativas implicam uma alteração do papel do docente de educação especial, colocando o enfoque no trabalho colaborativo com os diferentes intervenientes no processo educativo dos alunos.

A par desta alteração, também a escola terá de adequar a sua linha de ação, promovendo uma visão estratégica de missão e valores orientados para a inclusão.

Esta nova realidade educativa necessita de se apoiar, não só em professores empenhados, mas também, em toda a comunidade educativa que se encontra atenta às especificidades dos alunos.

É a partir de uma educação assente em valores e com profissionais da educação comprometidos com a inclusão social, que assistiremos a uma mudança, tão necessária, da sociedade.

No Colégio S. Francisco de Assis Luanda Sul procuramos fazer a diferença na maneira como acolhemos cada aluno na sua especificidade, no modo como selecionamos as medidas mais adequadas a cada caso, na maneira como ajustamos estratégias e delineamos percursos.

Em novembro de 2020 recebemos o selo "Escola Amiga da Criança" na categoria de escola inclusiva, o que muito nos orgulhou! Como escola portuguesa fora de território nacional honramos esta distinção procurando fazer cada vez mais e melhor!

Cristina Santos
Coordenadora da EMAEI

Entrada do CSFA - Luanda Sul

Turma do 5.º ano do Colégio S. F. Assis

Complexo Escolar Privado Leme Educare

Educação Inclusiva... Qual o sentido ?

Foto cedida pela escola

Quando refletimos acerca de inclusão em contexto escolar formal, rapidamente pensamos no conceito de integração como um oásis da Educação, o que confirma o estado atual de muitos estabelecimentos de ensino existentes, uma vez que os conceitos de integração e inclusão são completamente alienados, como se ambos se tratassem da mesma conceção ideológica.

Segundo o art.º 3.º da Lei n.º 116/2019, de 13 de setembro, procedente à primeira alteração do Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, os princípios orientadores da educação inclusiva são constituídos por educabilidade universal, na medida em que todas as crianças têm capacidade de aquisição de conhecimento e aprendizagem; equidade, no sentido da garantia das ferramentas para que cada criança consiga, a seu ritmo, potencializar o seu desenvolvimento; inclusão, o direito de participação na panóplia educativa criada para crescimento e desenvolvimento de cada aluno; personalização, as medidas do esquema idealizado, constituído pelas necessidades, potencialidades, interesses e preferências, devem ter em consideração o aluno

como protagonista da ação; flexibilidade, referente à gestão flexível do currículo; autodeterminação, como referido anteriormente, o aluno deve ser tido em conta como protagonista e, desse modo, a sua identidade social e cultural devem ter um peso primordial na sua constituição durante a aprendizagem, de forma a garantir a autonomia pessoal; envolvimento parental, o direito (e dever) de pais e/ou encarregados de educação participarem e serem incluídos no processo educativo do seu educando; por fim, a interferência mínima, considerando que este aspeto aparenta ser antagónico ao proposto até ao momento. Mas na realidade este princípio refere-se à comunidade restrita, sejam entidades ou instituições, que devem corresponder à promoção do desenvolvimento pessoal e educativo da criança no foro privado e familiar.

O mesmo Decreto-Lei citado anteriormente refere algumas medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão, consoante o nível de intervenção, sejam elas universais, seletivas e adicionais, o que faz com que cada instituição de ensino tenha liberdade de as aplicar conforme as necessidades manifestadas no contexto.

A nosso ver o que é determinado nas medidas de suporte referidas e nas estratégias adotadas pelos docentes, em contexto de sala de aula, deve ter como base essencial a formação da criança, a nível pessoal e social, e construção da sua autonomia e liberdade de expressão. O nosso papel, enquanto instituição, é dotar as crianças de valores e saberes para que se consigam integrar na sociedade. É fulcral fomentar uma estrutura psicológica e emocional, a fim de existir uma adaptação às diversas situações pressupostas no nosso dia a dia.

No Complexo Escolar Privado Leme Educare, a pedagogia adotada centraliza-se no processo de aprendizagem do aluno, utilizando as ferramentas e recursos que facilitem essa mesma ação, tendo sempre em consideração o acima mencionado. A nossa comunidade escolar é diversificada, contando com um número considerável de alunos com necessidades educativas especiais, o que muitas vezes se torna um desafio. Contudo é necessária a articulação das suas necessidades às atividades diárias, o que facilita a inclusão dos mesmos com a restante comunidade escolar.

Em termos de aprendizagem não enclausuramos o processo como meramente cognitivo formal, mas incluímos de igual forma os campos artísticos e criativos. Entendemos o termo educação não somente como formação, mas sobretudo como inclusão, potencializando cada singularidade enquanto alunos e seres humanos.

Concluímos com a referência de Paulo Freire, um ilustre pedagogo, "Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção."

Mariline dos Reis, Docente do 1.º Ciclo
Sofia Serrão, Subdiretora Pedagógica

O nosso papel, enquanto instituição, é dotar as crianças de valores e saberes para que se consigam integrar na sociedade. É fulcral fomentar uma estrutura psicológica e emocional, a fim de existir uma adaptação às diversas situações pressupostas no nosso dia a dia.

Mas em que consiste afinal a Educação Inclusiva ?

Ilustração por meio de recorte e colagem tendo por inspiração a obra "Frederico" de Leo Lionni

Num conceito muito abrangente, entendemos a Escola como um meio para atingir um fim: preparar os alunos para viverem o presente tendo em mente o futuro. A Escola é uma das mais importantes experiências de vida e tem de garantir aprendizagens de qualidade para todos os alunos num caminho que se paute pela cooperação, diversidade e aceitação da diferença de todos e de cada um.

Mas em que consiste afinal a Educação Inclusiva?
Não nos falta informação sobre o assunto, ainda que muitas vezes controversa.

Para nós, professores, a Educação Inclusiva é entendida com especificidades na medida em que, diariamente, nos temos de adaptar a elas, no papel de professores e como seres humanos solidários indo ao encontro daqueles que também se tentam adaptar a nós e à Escola.

A Educação Inclusiva pretende que a Escola se torne Inclusiva, na medida em que permita que todos os alunos se sintam membros de uma mesma comunidade e alcancem o sucesso, respeitando as suas características.

Cada aluno é um ser único e deve aprender, evoluir segundo o seu próprio ritmo.

E para os alunos? O que sabem os alunos sobre a Educação Inclusiva?

Na minha opinião, a Educação Inclusiva deve proporcionar as mesmas oportunidades, conhecimentos e condições, durante a escolaridade de cada pessoa, para que, no futuro, todos tenham as mesmas oportunidades.

Nyela Pinto, 7.ºano

Na minha opinião, a Educação Inclusiva é a versatilidade que as Escolas de hoje devem ter, ou seja, não tratar os alunos de forma diferente e adaptar-se às suas necessidades.

Evânia Fonseca, 8.º ano

É interessante perceber que, com uma noção mais ou menos concreta, alguns alunos têm consciência do que deve ser uma Escola Inclusiva. No entanto, ainda há um longo caminho a percorrer neste domínio...

A Educação Inclusiva faz com que os alunos especiais se consigam integrar na comunidade educativa sem se sentirem excluídos, mas também temos de ter consciência que nem todos sabemos aceitar a diferença, podendo, na verdade, continuar a manter-se a discriminação e o preconceito.

Hillary Alfredo, 8.º ano

É o direito de os alunos usufruírem de uma educação sem qualquer tipo de preconceito não só por parte dos professores, como também dos próprios alunos, intolerantes à diferença.

Inara Santos, 7.º ano

A Escola deve estar atenta às diferenças, às dificuldades e ajudar os alunos a enfrentá-las e superá-las. Paralelamente, deve dar a conhecer essas diferenças a toda a comunidade educativa sensibilizando-a para a necessidade de diversificação de estratégias conducentes ao sucesso de todos.

A Educação Inclusiva não se resume a adaptações significativas para os alunos que delas devem beneficiar, pelo que deve, portanto, preparar cada um dos elementos da comunidade educativa a colaborar, a trabalhar em equipa, rumo a um só objetivo –a inclusão, para que a Escola seja efetivamente de todos.

A Educação Inclusiva tem de ser observada como um projeto único e, ao mesmo tempo, diferenciado, que deve estar dotado de um conjunto de valências que podem passar pelas estratégias a adotar, pelas políticas de gestão escolar e, sem esquecer, em todo este processo, o papel preponderante e decisivo da componente familiar e de toda a comunidade educativa.

Luís Perestrelo

Em teoria, todos estes conceitos são exequíveis, no entanto, o dia a dia das escolas não se fica apenas pela teoria. O Professor tem um papel preponderante na identificação dos alunos que precisam de qualquer tipo de apoio diferenciado bem como na atenção a dar aos outros elementos da comunidade, para que haja uma real aceitação das diferenças e se concretize um trabalho colaborativo.

Nesta linha de pensamento cabe-nos perguntar: estarão os professores sensibilizados e cientificamente preparados para abarcar o largo espectro das necessidades educativas especiais? Como pode a Escola ajudar as famílias para que abracem um trabalho colaborativo?

Reflitamos...

A Educação Inclusiva só é real se feita por todos, com todos e para todos!

Docentes do Colégio Português de Luanda

De que falamos quando referimos Educação Inclusiva ?

Nesta província da Lunda Sul não é necessário ser particularmente observador para verificarmos que existem muitos problemas de saúde mental graves que também atingem as crianças. Naturalmente, a Escola Portuguesa aqui implantada também tem recebido pontualmente alguns alunos com limitações de severidade variada, num número muito reduzido.

Na nossa escola o corpo docente tem recebido, com apreensão, alguns alunos que representam um maior desafio em termos de ensino, nomeadamente por problemas de saúde congénitos ou adquiridos em tenra idade, que afetam principalmente as capacidades cognitivas. Os casos têm sido em número restrito e os nossos professores têm lidado com esses alunos, contando com o apoio dos restantes elementos da comunidade escolar.

Nas diretrizes que são fornecidas, para além do cumprimento da legislação, há muito a observar. Antes de qualquer plano ou programa de ensino consideramos o acolhimento emocional do aluno como prioridade.

Incluir é muito mais que tolerar, é fazer parte. E para fazer parte é preciso ser parte.

Direção e professores questionam-se:

Como é que esse aluno pode participar nas aulas? E nas outras atividades da escola?

Faz sentido alterar o nosso planeamento por um aluno que cognitivamente ou em termos de desempenho académico pareça estar longe das metas de aprendizagem e, por vezes, até dos programas para si desenvolvidos? Não há dúvida que sim.

Os planos de gestão estratégica de uma escola, em termos pedagógicos e didáticos, devem ser alterados por causa de UM aluno? Não há dúvida que sim.

Se um professor usar sempre o mesmo método, o mais provável é que alcance sempre o mesmo grupo alvo. Por isso, encorajamos a criatividade no ensino: ainda que percecionemos que existe uma estrutura que dependa da organização e personalidade do professor

Foto de Yan Krukov no Pexels

e que seja alicerce de confiança para os alunos. De igual modo há mérito na disrupção pedagógica em sala de aula. É nesses momentos que se ativam as experiências mais marcantes e é por aí que podemos cativar para objetivos comuns. Os alunos mais afastados dos cânones precisam de ter momentos de aula para si, porque é seu direito e esses alunos são parte de nós. Para esses, também se planeiam atividades que possam executar, em que se possam divertir, em que possam ser parte. Daí vem a dança, o canto, o jogo, o falar de outra coisa e não falar de coisa nenhuma, a partilha de um lanche, a limpeza dos espaços comuns.

Acabo com a minha convicção que a escola não é uma democracia. Não é para a maioria, é para todos. Por que não dizer que a escola é para tutti quanti (todos, sem exceção).

Maria Duarte
Diretora Pedagógica Interina

Os alunos mais afastados dos cânones precisam de ter momentos de aula para si, porque é seu direito e esses alunos são parte de nós. Para esses, também se planeiam atividades que possam executar, em que se possam divertir, em que possam ser parte.

De que falamos quando referimos Educação Inclusiva ?

Foto extraída do *site* oficial da Escola

Entendemos que a educação deve estar ao serviço de todos e de cada um dos nossos alunos, deve servi-los com equidade, para que se construam cidadãos naquele que se preconiza como o Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória.

Assim, quando referimos Educação Inclusiva, falamos de olhar para todos os alunos e vê-los um a um, falamos de ouvir todos os alunos e escutá-los um a um, falamos das aprendizagens a alcançar por todos os alunos e das medidas a adotar para que cada um desses alunos as possa alcançar.

Sabemos que todos os seres vivos são diferentes, características semelhantes, mas todos diferentes, cada um com a sua individualidade, por isso, um aluno não é igual a outro, distingue-se dos demais, e a educação deve fazer-lhe jus. A Educação Inclusiva mais não é do que reconhecer que todos e cada um dos alunos têm capacidade de aprender, têm o direito à equidade do conhecimento, têm o dever de se construir enquanto cidadãos humanistas e democráticos.

Na nossa Escola, consubstanciamos este entendimento com a missão, os princípios e os valores do nosso Projeto Educativo, contudo admitimos ainda a dificuldade em conseguir que todos e cada um dos alunos atinjam os objetivos definidos. Apontamos o tempo como um fator preponderante nas várias abordagens e estratégias que aplicamos em contexto de sala de aula. E todas essas abordagens e estratégias que implementamos servem o propósito de chegar a todos e a cada um dos alunos, todavia o tempo esgota-se e essa gestão ainda não se encontra depurada, pelo que, aduzidos pela

Autonomia e a Flexibilidade Curricular, desenharemos práticas pedagógicas que potencializem o tempo, devolvendo-nos aprendizagens significativas para todos e cada um dos alunos.

Compete-nos aqui enaltecer a nossa Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva que, além das funções promulgadas no Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, desenvolve trabalhos em colaboração com os docentes, auxilia estes na conceção de estratégias específicas para cada aluno e ministra ainda palestras para que todos se possam elucidar acerca das medidas passíveis de aplicar a todos e a cada um dos alunos.

Quando referimos Educação Inclusiva, falamos de educação para todos e cada um dos alunos, falamos de saber que cada um é diferente de cada qual e que todos têm o direito a aprender com equidade. Falamos de educação!

Carla Figueiras
Docente da Escola CCB

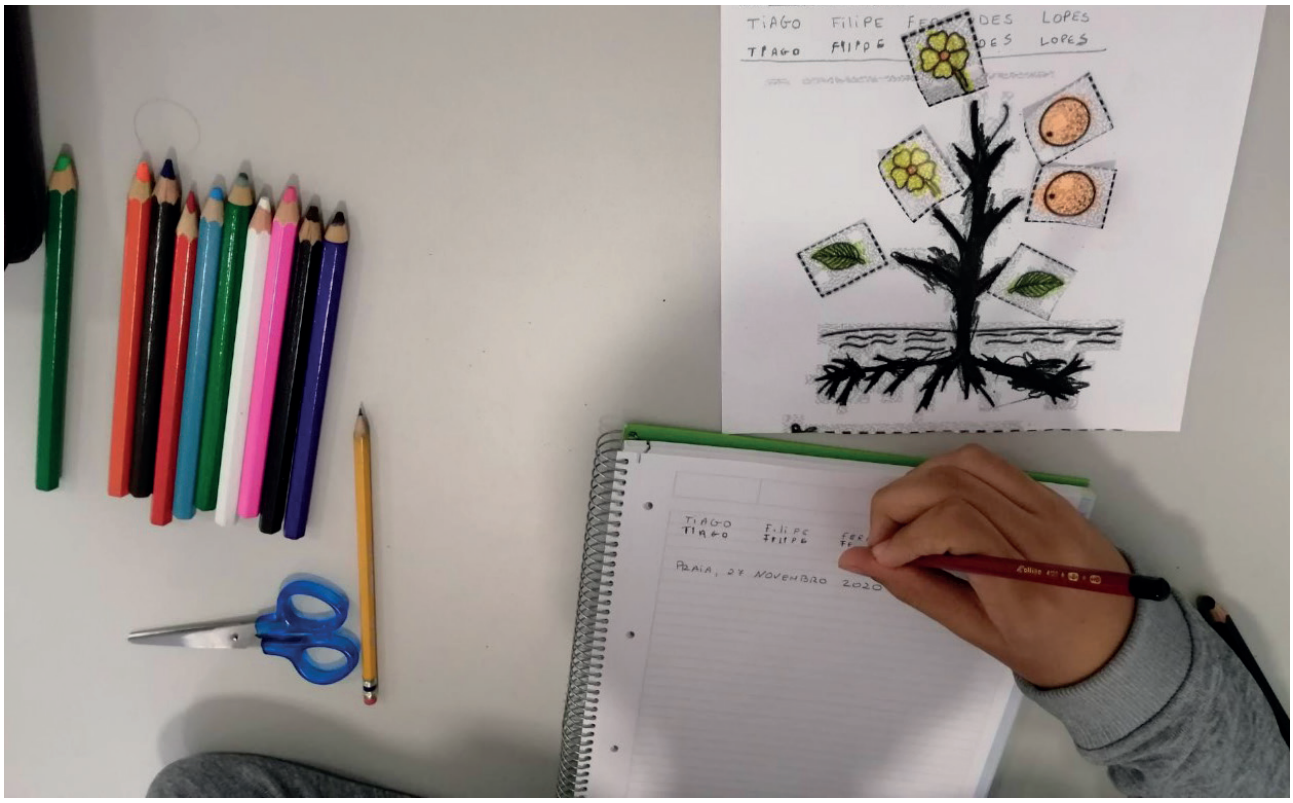
> Sabemos que todos os seres vivos são diferentes, características semelhantes, mas todos diferentes, cada um com a sua individualidade, por isso, um aluno não é igual a outro, distingue-se dos demais, e a educação deve fazer-lhe jus.

Foto de Yan Krukov no Pexels

Cabo Verde

Photo by Nick Fewingson Unsplash

O Tiago veio à Escola! E agora ?
(Um quase diário da Educação Inclusiva)



Era suposto, em lugar deste texto, estar uma entrevista à mãe do Tiago. Contudo, a resposta que lhe ouvimos, logo à primeira pergunta, alterou todos os planos. Quando a entrevista começou, com a questão "Como é ser mãe de um jovem como o Tiago?", a resposta foi: "É uma dádiva!"

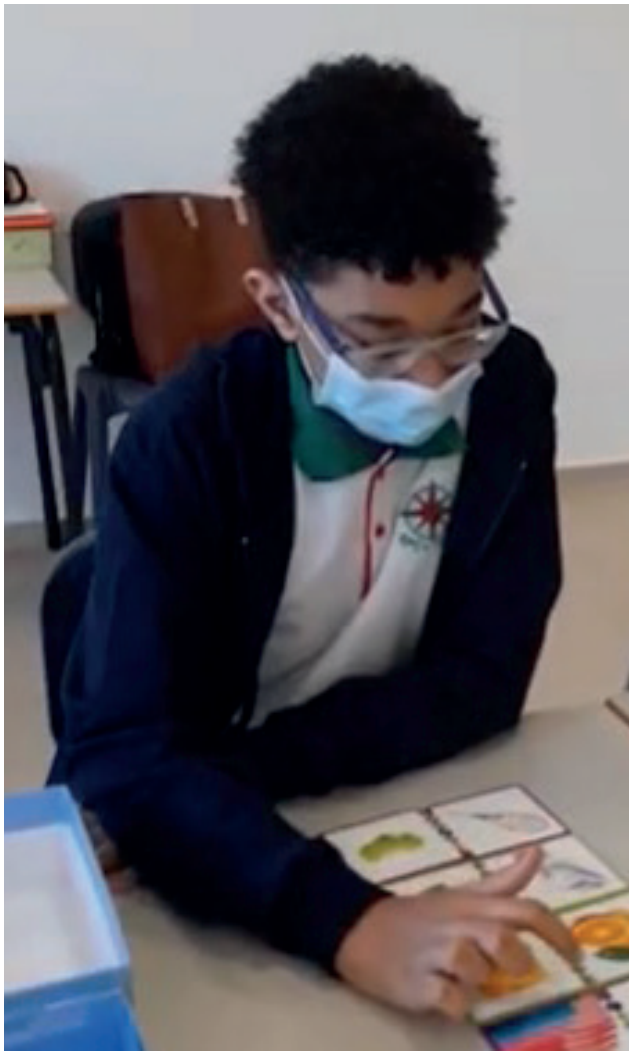
Uma dádiva?! Para (do verbo parar e não a preposição) tudo! Esta não é a resposta padrão que estamos habituados a ouvir, quando se fala de crianças/jovens com uma qualquer deficiência. Mas, afinal, quem é o Tiago? Que tem de relevante o facto de ter vindo à escola? O Tiago é um jovem de 14 anos, portador do Transtorno do Espectro Autista (TEA), num grau severo, com ausência de comunicação verbal, que integrou, neste ano letivo, uma das nossas turmas do 8.º Ano.

Uma coisa é conhecermos, de trás para a frente, o Decreto-Lei nº 54/2018, de 6 de julho, e todos os princípios subjacentes à educação inclusiva; outra coisa é termos, em sala de aula, um jovem autista que não fala, não lê e não escreve. Como comunica ele connosco? Como comunicamos nós com ele? Como trabalhar com ele? Mais do que a diferença com que somos confrontados, assusta-nos o desconhecido, onde não sabemos como nos orientarmos e que nos faz recear dar passos errados. Não sendo propriamente uma novidade a inclusão destas crianças e destes jovens no ensino regular, a verdade é que a esmagadora maioria dos professores que estão na escola (excetuando, naturalmente, os da Educação Especial) não teve, ao longo do seu percurso académico, formação específica para trabalhar com estes alunos. Daí os receios que nos surgem quando,

em alguma das nossas turmas, é integrado um deles. Estou convicta que eventuais posições mais renitentes relativamente a esta inclusão derivam muito mais do desconhecimento das especificidades de cada uma destas crianças e destes jovens e da pouca preparação/formação para com eles trabalhar, do que de má vontade por tê-los na sala de aula e por ter de trabalhar com eles.

Desde logo, a questão que nos colocamos foi efetivamente como iria ser possível comunicar e trabalhar com um jovem que não fala, não lê e não escreve e como comunicaria ele connosco. Tendo em conta as suas características, o Conselho de Turma, com a docente da Educação Especial, definiu a matriz curricular com as disciplinas que o Tiago continuaria a frequentar. Depois, em cada uma dessas disciplinas, este ano letivo foi uma caminhada constante, com investimento dos professores em múltiplas e mais aprofundadas leituras sobre o Transtorno do Espectro Autista, com pesquisas incessantes de estratégias e de atividades em que o Tiago pudesse participar, por vezes, com alguns recuos, mas sempre com a vontade de ir avançando no trabalho de, com e para o Tiago, por mais pequenos que fossem os avanços. A certa altura, em conversas entre os professores destas disciplinas, descobrimos que alguns horizontes se abriam, com a partilha de experiências sobre a forma como cada um de nós estava a trabalhar com o Tiago, o que levou, por vezes, alguns de nós a reformular as suas estratégias, recorrendo a outras que estavam a ser aplicadas com mais sucesso.

A instabilidade resultante da situação pandémica acrescentou novos obstáculos e constrangimentos, principalmente durante os períodos em E@D. Se já não é fácil trabalhar com um jovem autista, no ensino presencial, as dificuldades multiplicaram-se em E@D e obrigaram a uma constante reformulação de estratégias e a uma grande dose de criatividade para descobrir formas de não deixar o Tiago excluído de todo este processo. Tivemos a facilitar o nosso trabalho duas circunstâncias fundamentais. A primeira foi todo o trabalho anteriormente desenvolvido, ao longo de vários anos, pela família e por vários técnicos que têm acompanhado o Tiago e que fez com que ele seja um jovem dócil, afável, que não causa qualquer perturbação no decurso das aulas. A segunda foi o facto de, em E@D, o Tiago ser acompanhado e orientado por uma jovem adulta que, tal como a família, colaborou com os professores, de uma forma excecional. Consciente da presença do Tiago nas sessões síncronas que tiveram lugar, cada professor procurou desenvolver atividades em que o Tiago pudesse ser envolvido. Foram propostas, em algumas disciplinas, atividades de caráter mais lúdico, como, por exemplo, vários Kahoot, onde o Tiago participou, selecionando, entre as várias respostas de escolha múltipla, a cor que ele queria. Que importa a validade das respostas por ele selecionadas? O que foi verdadeiramente significativo foi a sua inclusão na atividade desenvolvida com a turma.



Tiago em atividades letivas

Porque nem sempre era possível atribuir ao Tiago determinadas atividades propostas aos restantes alunos ou em momentos em que as aulas tinham um caráter mais expositivo, o Tiago realizou tarefas adaptadas às suas especificidades, quer em aula presencial, quer em E@D. As dificuldades sentidas pelos professores que com ele trabalharam levaram-nos a procurar mais estratégias e materiais que pudessem ser usados, o que nos levou à descoberta de algumas aplicações informáticas destinadas a autistas, passando-se essa informação à família e requisitando-se de imediato, na escola, através da diretora de turma, um tablet onde, em várias disciplinas, o aluno passou a trabalhar com essas aplicações.

Agora que o ano letivo chegou ao fim, olhamos para trás e relembramos todo o nosso (do Tiago e dos professores que o acompanharam) percurso, os nossos receios, a nossa ansiedade, as nossas preocupações, as reuniões que alguns dos professores fizeram com os pais do Tiago, para perceber como comunicavam com ele e pedir orientações que nos ajudassem, as conversas que tivemos sobre o Tiago, as partilhas de estratégias...

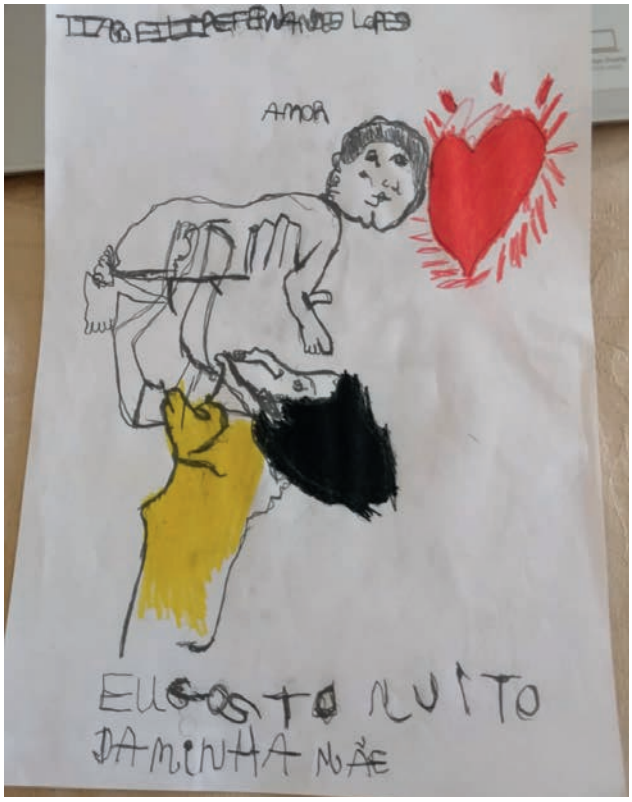
Fica-nos a consciência de que, amando o que fazemos, dedicamo-nos e demos o nosso melhor.

Se podíamos ter feito diferente e, quem sabe, melhor? Certamente que sim. Constatamos que, em sala de aula, é necessária a presença de um outro adulto que tenha, para orientar o Tiago, a disponibilidade de que o professor nem sempre dispõe, tendo em conta que há na aula outros alunos que também exigem a sua atenção. Ficou também a certeza de que é necessário desenvolver na turma processos que aumentem a interação dos outros alunos com o Tiago, levando-os a cooperar e a facilitar a sua integração. Ficou-nos alguma insatisfação que resulta essencialmente do facto de nem sempre sabermos como entrar no "mundo do Tiago" e da pretensão de conseguir trazê-lo para o "nosso mundo".

Ainda assim, com a consciência do dever cumprido e alguma insatisfação pelo muito mais que o Tiago merece e ainda não aconteceu, fica também a convicção de que, além do percurso feito pelo Tiago, houve um percurso feito por nós, os professores que com ele trabalhamos, em regime presencial e em E@D, que nos transformou: fez-nos crescer como profissionais do ensino e enriqueceu-nos como pessoas, levando-nos a dar mais de nós e a querer fazer mais e melhor.

Por tudo isto, mas principalmente pelo sorriso de satisfação com que o Tiago nos presenteou em várias ocasiões, durante o nosso trabalho com ele, e pelo que nos acrescentou, entendemos o alcance da resposta da mãe à primeira pergunta da entrevista: o Tiago foi e é, para todos nós, uma verdadeira dádiva!

Luísa Gonçalves
Docente de Português da EPCV



Trabalho realizado pelo Tiago

A Educação Inclusiva na Escola Portuguesa de Cabo Verde

Foto extraída do *site* oficial da Escola

Falar de Inclusão é falar de um processo que visa apoiar a Educação para Todos e para cada criança no Mundo (Ainscow & Ferreira, 2003, citado em Rodrigues, 2003). Esta ideia implica encarar a escola como um espaço onde todas as crianças e jovens têm lugar para aprender e adquirir conhecimento.

Falar em Escola Inclusiva é dizer que a Escola se preocupa na promoção de uma ação pedagógica que tenha em conta Todos os alunos na sua relação com as tarefas de aprendizagem, que poderão ser diferentes quanto às suas finalidades e aos seus conteúdos, quanto ao tempo e ao modo de as realizarem, assim como quanto aos recursos necessários. É estar verdadeiramente disponível para novas perspetivas, novas abordagens e novas formas de decisão.

Na EPCV este paradigma é uma constante.

Foi no ano letivo 2019-2020, que os docentes da EPCV se viram envolvidos com maior intensidade num processo de desenvolvimento de práticas inclusivas, porque foi neste ano letivo que aumentou a frequência da escola por alunos com especificidades educativas.

Neste ano foi criada a equipa multidisciplinar de apoio à escola inclusiva, (EMAEI) que é constituída por um elemento da direção da escola, uma professora de educação especial, a coordenadora do pré-escolar, a coordenadora do 1.º ciclo e a coordenadora do departamento de ciências sociais e humanas, como elementos permanentes. Como elementos variáveis duas educadores e uma professora do 1.º ciclo, embora com assento permanente, por serem professores especializados em educação especial e se iniciou um trabalho colaborativo com os docentes e famílias para que fosse possível desenvolver um ensino para Todos os alunos.

> Falar em Escola Inclusiva é dizer que a Escola se preocupa na promoção de uma ação pedagógica que tenha em conta Todos os alunos na sua relação com as tarefas de aprendizagem, que poderão ser diferentes quanto às suas finalidades e aos seus conteúdos, quanto ao tempo e ao modo de as realizarem, assim como quanto aos recursos necessários. É estar verdadeiramente disponível para novas perspetivas, novas abordagens e novas formas de decisão.

Ao longo deste primeiro ano os docentes foram mobilizando as diferentes medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão definidas no Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, de acordo com as necessidades de todos e de cada aluno.

As medidas universais, que constituem respostas educativas que a escola tem disponíveis para TODOS os alunos que delas necessitarem com vista, designadamente, a promover a participação e a melhoria das aprendizagens, bem como o desenvolvimento pessoal, são as que na EPCV se mobilizam em maior número. Para além destas medidas existem outras que se dirigem a uma população mais específica. Medidas seletivas e medidas adicionais assim como a aplicação do artigo 28.º do referido Decreto-Lei, que diz respeito exclusivamente à avaliação.

Atualmente a nossa escola conta com um total de 753 alunos distribuídos pelo pré-escolar, 1.º ciclo, 2.º ciclo e 3.º ciclo.

Prestes a terminar o ano letivo 2020-2021, temos 136 alunos com medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão. Com medidas universais, 125, com medidas seletivas, 9 alunos, com medidas adicionais, 2 alunos e 25 alunos a serem avaliados, de acordo com o mesmo artigo 28º.

Por estes números podemos ver como os docentes da nossa escola, não obstante a situação pandémica que vivemos, com interrupções inesperadas e aulas *online*, estão empenhados em promover a equidade e a igualdade de oportunidades no acesso ao currículo de TODOS os nossos alunos.

Embora ao longo do ano escolar se tenha feito a monitorização das medidas, será no final deste ano letivo que iremos analisar com maior rigor esta intervenção e fazer os ajustes que considerarmos necessários.

A EPCV conta com um Centro de Apoio à Aprendizagem onde procura dar resposta educativa individualizada aos alunos que dela necessitam em áreas específicas, assim como apoiar os docentes e famílias sempre que o solicitam.

A EPCV está num crescente permanente. Com a partilha de experiências e o trabalho colaborativo desenvolvido com e pelos docentes, esperamos atingir um patamar de Inclusão digno da nossa escola.

Emília Fitas
Coordenadora da EMAEI

Ninguém fica para trás. A Educação é um direito !

Atividades na praia da Laginha na Área do Conhecimento do Mundo, pelo grupo da Educação Pré-Escolar

Um dos grandes desafios que se coloca à Escola, na atualidade, é o de encontrar formas de responder às necessidades educativas de uma comunidade cada vez mais diferenciada e tornar-se verdadeiramente inclusiva, onde todos são aceites pelo que são como um todo e não apenas pelo seu desempenho académico.

O meio escolar é um local privilegiado para o desenvolvimento da inclusão, uma vez que este tem um papel principal na formação e desenvolvimento integral das crianças e jovens. Nesse sentido, deve ser prática de cada comunidade escolar a reflexão constante sobre orientações pedagógicas e sociais que permitam a todos e cada um dos alunos, independentemente da sua situação pessoal e social, encontrar respostas que lhes possibilitam a aquisição de um nível de educação e formação facilitadoras da sua plena inclusão social, num ambiente que vá ao encontro das suas necessidades.

A aprendizagem está sempre associada à escola e para que possa ser considerada significativa deverá ter em conta a relação com a realidade dos alunos e aumentar a sua participação em atividades físicas, culturais, sociais, afetivas e intelectuais. Neste contexto, as vivências tanto fora da escola como em meio escolar são, sem dúvida, meios propícios ao desenvolvimento de competências motoras e cognitivas, bem como o desenvolvimento pessoal e social do indivíduo.

Para que a inclusão se torne objetiva torna-se decisivo, para o projeto educativo, o afastamento da conceção de que é necessário categorizar para intervir garantindo que o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória seja atingido por todos, ainda que através de percursos diferenciados, os quais permitem a cada um progredir no currículo com vista ao seu sucesso educativo.

Trabalho na disciplina de Filosofia pelo 1.º ciclo do ensino básico

O Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, veio consagrar uma abordagem integrada e contínua do percurso escolar de cada aluno garantindo uma educação de qualidade ao longo da escolaridade obrigatória. Seguindo as orientações previstas no referido Decreto -Lei, procura a EPM abordar as medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão. Mediante as situações, a mobilização de medidas de diferente nível é decidida ao longo do percurso escolar dos alunos, em função das suas necessidades educativas com base em evidências decorrentes da monitorização, da avaliação sistemática e da eficácia das medidas na resposta às necessidades de cada criança ou aluno. A definição das medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão é realizada pelos docentes, ouvidos os pais ou encarregados de educação e outros técnicos que intervêm diretamente com o aluno.

Para a eficácia das respostas contribuiu, de forma decisiva, o trabalho da equipa multidisciplinar de apoio à educação inclusiva, sendo esta um fator facilitador de um trabalho em rede com os professores, as famílias e as entidades parceiras. A sensibilização da comunidade educativa para a educação inclusiva, a proposta de medidas de suporte à aprendizagem, o acompanhamento e monitorização da aplicação de medidas de suporte à aprendizagem e a prestação de aconselhamento aos docentes na implementação de práticas pedagógicas inclusivas têm sido importantes para o desenvolvimento das boas práticas de educação inclusiva. No entanto, e dado o contexto de forte perturbação dos últimos dois anos letivos, com interrupção do regime presencial, com a necessidade de garantir o bem-estar dos alunos, com a implementação de metodologias de ensino e aprendizagem diferenciadas, com diferentes grupos em períodos de isolamento diferenciado, tornou-se constrangedor para as escolas e professores organizar e desenvolver curricularmente a promoção da inclusão de todas as crianças e jovens com necessidades específicas nas escolas. É com expectativa e assente numa forte motivação que se aguarda pela implementação da Resolução do Conselho de Ministros n.º 90/2021, que aprova o plano integrado para a recuperação das aprendizagens (Plano 21|23 Escola+) como pano de fundo da recuperação dos princípios da educação inclusiva, na medida em que é uma aposta no reforço de competências de todos, com um olhar dedicado àqueles cuja vulnerabilidade aumentou com a pandemia.

Filipe Soares
Diretor Pedagógico

Guiné-Bissau

Photo by Jessica Wong on Unsplash

Educação Inclusiva - como a entendo

Alunos do 4.º ano do Ensino Básico da Escola

> Apesar do enfoque nas pessoas portadoras de deficiência, (...) deve-se adotar um conceito mais amplo de diversidade humana para pensar a Educação Inclusiva, cujo público-alvo são todas as crianças.

A educação inclusiva pode ser entendida como uma conceção de ensino contemporânea que tem como objetivo garantir o direito de todos à educação. Ela pressupõe a igualdade de oportunidades e a valorização das diferenças humanas, contemplando, assim, as diversidades étnicas, sociais, culturais, intelectuais, físicas, sensoriais e de género dos seres humanos. Implica a transformação da cultura, das práticas e das políticas vigentes na escola e nos sistemas de ensino, de modo a garantir o acesso, a participação e a aprendizagem de todos, sem exceção.

Para que se possa falar de educação inclusiva, deve-se ter em conta os cinco princípios base, que são:

- Toda a pessoa tem o direito de acesso à educação;
- Toda a pessoa aprende;
- O processo de aprendizagem de cada pessoa é singular;
- O convívio no ambiente escolar comum beneficia todos;
- A educação inclusiva diz respeito a todos.

Apesar do enfoque nas pessoas portadoras de deficiência, tendo em vista o histórico de privação da participação desse público nas redes de ensino, deve-se adotar um conceito mais amplo de diversidade humana para pensar a Educação Inclusiva, cujo público-alvo são todas as crianças. Todas, sem exceção. Assim, o quinto princípio norteia os demais e orienta as relações humanas para a construção de uma sociedade mais justa e participativa.

Para o desenvolvimento de um trabalho escolar que esteja permanentemente de portas abertas para a inclusão, é interessante pensarmos sobre o momento que vivemos hoje em termos de políticas educacionais. Ou seja, o porquê de estarmos a pensar sobre princípios de educação inclusiva. Perceber onde estamos e para onde queremos ir é fundamental para realizarmos esse percurso.

Segundo a filósofa Hannah Arendt:

A educação é o ponto em que decidimos se amamos o mundo o bastante para assumirmos a responsabilidade por ele. É, também, onde decidimos se amamos nossas crianças o bastante para não expulsá-las do nosso mundo e abandoná-las a seus próprios recursos, preparando-as, em vez disso, com antecedência para a tarefa de renovar um mundo comum.

Assim, se entendemos que a educação é o ato de introduzir os mais jovens num mundo que os precede e está em constante mudança, configura-se um desafio constante: olharmos criticamente para os nossos pensamentos e ações para responder à questão: como apresento o mundo comum para os recém-chegados ao espaço público?

Nessa invenção humana de educar para um mundo humano, o adjetivo "inclusiva" talvez soe como pleonasmo. Mas podemos entendê-lo como um alerta, posto que a sua presença qualifica a educação para reforçar que o seu público-alvo são todas as crianças. Todas. Esse é o princípio ético-político fundamental que norteia as relações humanas no caminho para atingir a nossa opção de construir uma sociedade mais justa e participativa. Ninguém de fora.

Hoje sabemos e entendemos que todos somos diferentes. A diferença é o que, de certa forma, nos humaniza. Percebê-la como valor é um processo que se estabelece em todas as esferas da vida e que legitimamos individual e socialmente. A ideia de diferença como valor já está estabelecida desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948). Ao apontar que o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo é o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e dos seus direitos iguais e inalienáveis.

Na articulação desses dois princípios pode-se concluir que todos têm direito às condições de vida digna e às oportunidades de realizar os seus projetos de vida. Então qual é o papel da escola tendo a diferença como valor?

Resumidamente, a escola como instituição social tem como tarefa a transmissão e a veiculação de saberes e práticas para todos (qualidade social). Através das relações de diálogo e da criação de vínculos e tendo a diversidade como valor, trabalha no sentido de romper com a lógica da exclusão e da homogeneização. Ou seja, o seu papel principal é formar as crianças para a tarefa de renovar um mundo que está ainda repleto de situações de exclusão. Nessa perspetiva, são pressupostos que o processo de aprendizagem de cada criança é singular, que toda a criança aprende e que todas são importantes para o processo de construção de conhecimento no ambiente escolar. A educação inclusiva diz respeito a todas e todos!

Wilson Barbosa
Diretor Executivo da Escola

Macau

Photo by Renato Marques on Unsplash

Uma escola pensada para todos !

Uma escola pensada para todos.

O termo inclusão está muito presente nos dias de hoje. É um termo amplamente referido em várias áreas que não apenas a da educação. A etimologia da palavra inclusão vem do latim, do verbo includere e significa "colocar algo ou alguém dentro de outro espaço", "entrar num lugar até então fechado". É a junção do prefixo in (dentro) com o verbo cludo (cludere), que significa "encerrar, fechar, clausurar". O termo não se refere só às necessidades especiais, sendo também mencionado em discursos de outra natureza quando, por alguma razão, os indivíduos são excluídos ou integrados em espaços que não estão pensados para eles, não lhes permitindo usufruir deles ou estar em pé de igualdade com os demais. Portanto, compreendemos o porquê de, ao longo de décadas, na educação, se ter deixado cair o termo integrar, para se abraçar o termo incluir em todas as aceções da palavra: incorporar, envolver, englobar. E isso é justamente aquilo que procuramos fazer na Escola Portuguesa de Macau, uma escola com fortes ligações a Portugal, situada numa das Regiões Administrativas Especiais da República Popular da China.

Macau é uma região que convida, toda ela, a uma postura inclusiva de acolhimento e respeito pela diversidade cultural. Como ponto de partida no plano da inclusão mencionamos, desde logo, a comunidade educativa, a qual – com um número de alunos a crescer de forma considerável – abarca vinte e quatro nacionalidades, ultrapassando já os 660 alunos.

Com idades compreendidas entre os 6 e os 20 anos de idade, estes alunos convivem todos os dias nas instalações da escola, sendo as línguas mais ouvidas nos corredores o português, o chinês e o inglês. Este facto torna necessário o desenvolvimento de

um trabalho mais específico e cooperativo, onde a envolvência de todos os elementos da comunidade educativa se constitui como uma mais-valia. Exemplo disso é o trabalho desenvolvido pelo corpo docente, o qual, em alinhamento com a equipa de educação especial e agregando professores portugueses e chineses em franca colaboração, resulta na preparação de aulas ajustadas às características e condições individuais de cada aluno.

Para a consecução dos objetivos traçados no Projeto Educativo da EPM ao nível da inclusão, contribui, de forma nuclear, o Serviço de Psicologia, Orientação e Educação Especial (SPOEE), da EPM, em parceria com o Centro de Apoio Psicopedagógico e Ensino Especial (CAPPEE) de Macau, um contributo relevante da Direção dos Serviços de Educação e de Desenvolvimento da Juventude de Macau. Por esta razão, os alunos inclusivos na EPM são portadores de dois processos distintos, um de acordo com a legislação portuguesa e outro em conformidade com a legislação de Macau, numa conjugação permanente de esforços dos Serviços de Psicologia, Orientação e Ensino Especial da EPM.
Os dois serviços acima referidos agem de forma coordenada e célere no auxílio aos professores e encarregados de educação, quando os alunos experimentam dificuldades ao nível social, emocional e/ou académico. São prestadas sugestões e traçadas estratégias de intervenção através de acomodações e adaptações, significativas ou não, ao programa curricular e ao processo de avaliação. É também facultado um apoio direto e personalizado, prestado pelos professores de educação especial aos alunos que dele precisam – dentro e fora das salas de aula –, indo ao encontro das necessidades e potencialidades dos estudantes. Acrescem as terapias da fala, ocupacional, musicoterapia e psicologia que são ministradas dentro do recinto escolar e integradas nos horários dos alunos.

O apoio prestado pelos professores de educação especial tem vindo aumentar nos últimos anos abrangendo, neste momento, um universo de 70 alunos distribuídos entre o 1.º ciclo e o ensino secundário, um

Trabalhos apresentados à comunidade educativa por alunos inclusivos.

alargamento significativo do trabalho desenvolvido nesta área se pensarmos que, em 2013/2014 eram 15 os alunos com necessidades educativas especiais acompanhados na EPM. Esta evolução construiu-se a par e passo com o reforço da equipa de educação especial desta escola que conta, presentemente, com cinco professoras do ensino especial e duas psicólogas.

É no 1.º ciclo que se concentra um maior número de alunos que necessita deste apoio, crucial também para os que experimentam muitas dificuldades na língua portuguesa, quando esta não é a sua língua materna. Com esta estrutura de suporte, a maioria destes alunos consegue alcançar o sucesso escolar ao longo do seu percurso académico.

Trabalhar, tendo por base um currículo português com alunos de língua não materna, constitui um desafio constante. Assim, o ponto de partida para a motivação e desenvolvimento do gosto pela língua portuguesa advém da variedade das atividades pensadas e estruturadas em parceria, quer no seio da equipa de educação especial quer com os professores das turmas. O envolvimento dos alunos surge como ponto principal e, sendo o trabalho independente uma metodologia concebida para o desenvolvimento da autonomia, os docentes de educação especial dedicam-se, mais ativamente, aos alunos que carecem de um apoio individualizado nesta área, de forma a equipá-los com ferramentas e possibilidades de resolução das dificuldades que sentem. Os alunos dispõem de uma diversidade de atividades pensadas com eles e para eles, através das quais se pretende que se envolvam ativamente no seu próprio processo de ensino e aprendizagem, a fim de fazerem aprendizagens significativas.

No intuito de reforçar a cooperação com as famílias e estimular a sua participação na vida escolar, a equipa de educação especial promove a participação destas no processo educativo dos seus educandos, flexibilizando, para isso, os horários de atendimento, reforçando a comunicação entre a família e a escola e apelando ao seu envolvimento nas atividades escolares e no acompanhamento das aprendizagens.

Tendo como uma das linhas prioritárias do seu Projeto Educativo "a criação de uma escola inclusiva, procurando garantir o direito de acesso e a igualdade de condições para o sucesso de todos os alunos", a EPM continua a apostar na prossecução deste objetivo fundamental, dando continuidade ao trabalho iniciado em 1998, ano da sua fundação. Continuará, por isso, a promover a existência de condições que assegurem a plena integração escolar dos alunos, contribuindo para um adequado desenvolvimento integral da sua personalidade, buscando tornar-se, cada vez mais, uma escola verdadeiramente pensada para todos.

Mariana Neto e Teresa Morgado
Docentes de Educação Especial

Materiais reciclados por alunos inclusivos.

Repensar um dos R´s.

Moçambique

Photo by Dimitry B on Unsplash

"A Educação Inclusiva implica aprendizagem na multiplicidade"

Peça de Teatro "Wanga, filha da Floresta!"

"Quanto não teríamos ganho todos nós se a igualdade de oportunidades e o respeito pela diferença tivessem prevalecido sempre sobre a intolerância, a marginalização e o medo?"

Vieira e Pereira (2007)

Em 1994, ocorreu a Conferência Mundial Sobre Necessidades Educativas Especiais (NEE), que decorreu em Salamanca, organizada pelo governo espanhol, em cooperação com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura [UNESCO], e contou com a participação de mais de 300 participantes, representativos de 92 governos e de 25 organizações internacionais. Esta conferência consagrou na "Declaração de Salamanca" o conceito de Inclusão e perspetivou a necessidade de mudança dos sistemas educativos, no sentido de criarem escolas capazes de acolherem qualquer aluno e de lhe dar meios para o seu máximo desenvolvimento e sucesso educativo (González, 2003; Leitão, 2003; Silva, 2009), ou seja, de praticar a equidade, essencial para podermos falar de facto de uma Educação Inclusiva.

A Declaração de Salamanca representa o reconhecimento de que a escola é um instrumento fundamental na luta contra a discriminação e a

marginalização, que respeitando a diferença deve fornecer uma educação que atende às diferenças individuais de cada aluno, sejam elas quais forem. Preconiza que todos os alunos devem aprender juntos, independentemente das diferenças que apresentam, e que a escola deve satisfazer as diversas necessidades dos seus alunos, adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir qualidade e sucesso para todos (Leitão, 2003).

Para além da universalidade de acesso e frequência escolar de todos os alunos, o grande compromisso educativo presente na Educação Inclusiva, ou seja, na Educação para Todos, é o direito de todos à aprendizagem (Correia, 2003). Tal implica que é da responsabilidade da escola conseguir que todos, não obstante a severidade da sua problemática, tenham uma educação apropriada, de qualidade, pública e gratuita, de acordo com as suas características, diversidade e necessidades (Correia, 2003).

É um novo discurso educacional que defende o direito das crianças (que de alguma forma se afastam dos padrões ditos normais) a terem acesso à educação, ao usufruto da escola e a oportunidades educativas de qualidade (Costa, 1998; Ruela, 2000; Silva, 2009). Pressupõe uma organização dos recursos da própria escola, no sentido da viabilização do processo de Inclusão, o envolvimento de todos os intervenientes e implica que os professores se relacionam e colaboram entre si e com outros profissionais (Correia, 2003; Porter, 1997; Silva, 2009). Este discurso foi continuado em Jomtien (1990, apud UNESCO, 2000) e Dakar (UNESCO, 2000) sob a égide da Educação para Todos. Como afirmam Carvalho e Peixoto (2000), Ruela (2000) e Sanches e Teodoro (2006) o objetivo da Inclusão não é apagar as diferenças, mas sim permitir que todos os alunos sejam únicos e pertençam a uma comunidade educacional que valide e valorize a sua individualidade, o que implica que a escola tem de atender todos os seus alunos, mesmo os que apresentam problemáticas mais severas.

Neste sentido, Ainscow (1998) advoga que o grande desafio do paradigma da Inclusão consiste em ter em conta as necessidades de aprendizagem de cada aluno e procurar garantir a igualdade de acesso à educação a todos, ou seja, tornar o meio ambiente adequado às necessidades e características de cada aluno, de modo que todos possam aprender juntos e possam atingir sucesso educativo (Booth e Ainscow, 2002; Correia e Serrano, 2000). Como salientam Ainscow e Ferreira (2003) falar deste paradigma implica falar em nome dos vulneráveis e de todos os que historicamente eram, até há pouco tempo, marginalizados ou segregados pela sociedade, sem oportunidades e sem voz.

Este novo paradigma pressupõe rejeitar a exclusão de qualquer aluno da comunidade escolar e implica que todos os alunos são capazes de aprender e de contribuir para a sociedade onde estão inseridos (Rodrigues, 2000 e 2006).

Tendo como paradigma que a escola inclusiva pretende proporcionar a todos os alunos as condições necessárias para atingir sucesso educativo, independentemente de possuírem necessidades específicas que possam constituir uma barreira à sua aprendizagem, torna-se, por conseguinte, indispensável que a escola lhes faculte um conjunto de estratégias, atividades e recursos que lhes permitam atingir esse objetivo, ou seja, é necessário que respeite e valorize a sua individualidade, ou seja, que tenham acesso de facto a uma Educação Inclusiva.

Neste contexto, a sala de aula passou a ser entendida como um espaço onde todos têm direito a ter oportunidades de aprendizagem e de promoção do sucesso escolar.

Neste contexto, a sala de aula passou a ser entendida como um espaço onde todos têm direito a ter oportunidades de aprendizagem e de promoção do sucesso escolar.

Tendo em conta que a aprendizagem é um processo que ocorre quando o ser humano, em consequência de determinadas experiências, onde se incluem as relações com o contexto, produz novas respostas ou modifica as que já adquiriu, a aspetos novos do contexto, faz todo o sentido que o centro da mudança passe a ser a sala de aula e as condições que devem facilitar a aprendizagem de todos os alunos (Gagné, 1971; Porter, 1997). Aprendizagem que deve ser académica, prática, social e emocional.

A Educação Inclusiva implica aprendizagem na multiplicidade, assim segundo Silva (2009) o pressuposto passou a ser: "todos os alunos estão na escola para aprender e, por isso, participam e interagem uns com os outros, independentemente das dificuldades mais ou menos complexas que alguns possam evidenciar e às quais cabe à escola adaptar-se" (2009).

Nesse sentido, Porter (1997) advoga que como todos os alunos são diferentes tem que se ter em conta essa diferença para criar ambientes estimulantes de aprendizagem, na qual os professores do ensino regular são um recurso muito importante.

No caso dos alunos com Necessidades Específicas, Morgado (2003 e 2004) afirma que se os professores se sentirem pouco competentes para facilitar a sua aprendizagem terão tendência para desenvolver perceções mais negativas que resultarão numa menor interação, numa menor atenção e logo com repercussões na qualidade das aprendizagens destes alunos, que são efetivamente os mais frágeis e vulneráveis. Estes alunos precisam de muita orientação, estruturação e de oportunidades de qualidade para fazerem aprendizagens que permitam potencializar todas as suas capacidades, e cabe à escola um papel fundamental para a sua concretização.

Comemoração do "Dia Internacional da Pessoa com Deficiência".

Musical interpretado pelos alunos.

Corroborando este ponto de vista, Jesus e Martins (2000) defendem que os professores se devem centrar em conhecer e compreender a forma como cada aluno constrói e desenvolve a sua aprendizagem e que devem adquirir conhecimentos que lhes permitam dominar os mais atuais e diversificados métodos e técnicas de aprendizagem, de modo a saber adaptá-los aos diferentes alunos, isto é, a formação contínua de professores é um elemento crucial para assegurar a implementação efetiva de uma Educação Inclusiva.

Para que a Educação seja efetivamente Inclusiva é fundamental que os professores estejam preparados para diversificar as estratégias e atividades pedagógicas, recorrendo a um ensino diferenciado e a uma avaliação formativa constante do progresso dos alunos.

Como preconizam Ainscow (1997), Carvalho e Peixoto (2000), Ruela (2000) e Sanches e Teodoro (2006) o objetivo da Educação Inclusiva não é apagar as diferenças, mas sim permitir que todos os alunos sejam únicos. Para que tal facto seja uma realidade Ainscow (1998) e Correia (2003) consideram imprescindível que as escolas considerem cada aluno nos seus diversos níveis de desenvolvimento: pessoal, socioemocional e académico, cabendo aos professores um papel fundamental neste processo, para permitir ajudar a ultrapassar as barreiras que limitam a presença, a participação e o sucesso de cada aluno na escola. Ou seja, não podemos esquecer que a Educação Inclusiva é uma abordagem para todos os alunos e não apenas para aqueles que têm necessidades diferentes e que podem estar em risco de exclusão. Assim, a escola deve proporcionar a todos os alunos atividades de aprendizagem que sejam significativas para eles.

Baptista (1998) e Correia (2003) consideram que o modelo de Educação Inclusiva geradora de sucesso para todos é uma exigência social e política e não um projeto isolado e Leitão (2003) defende que os problemas de aprendizagem devem ser vistos, sobretudo, na ótica da natureza contextual (política, cultura e práticas da escola).

Logo, é indispensável que os sistemas educativos, de forma permanente e efetiva, continuem a investir na melhoria dos equipamentos e nos seus recursos humanos e na sua respetiva formação, para que a Educação Inclusiva seja cada vez mais uma realidade. Só assim será possível responder à diversidade de capacidades e necessidades dos diversos alunos que encontramos na escola.

A Educação Inclusiva é, na viragem do século XXI, um valor e um desígnio transversal, que cabe a todos, professores, escola, famílias e comunidade, em geral, para que seja possível a sua efetiva concretização.
Neste sentido, salienta-se o facto de a Escola Portuguesa de Moçambique – Centro de Ensino e Língua Portuguesa (EPM-CELP), situada na capital de Moçambique, Maputo, desde há muito desenvolver diariamente atividades e ações para concretizar este desígnio e o facto de ser a Escola de Referência no âmbito da Educação Inclusiva, em todo o território moçambicano, o que, ano após ano, tem conduzido a uma busca crescente e significativa por parte dos pais e encarregados de educação da instituição, na procura de respostas que possam colmatar, minimizar ou ajudar a superar as dificuldades e necessidades dos seus educandos e permitir-lhes desenvolver todas suas potencialidades.

A EPM-CELP tem neste momento 146 alunos, de diversas nacionalidades, religiões e etnias, com Necessidades Específicas, a usufruir cumulativamente de medidas universais, seletivas e adicionais, para lhes possibilitar uma educação com qualidade e assim potencializar todas as capacidades de cada um, de modo a obterem um nível de educação e formação facilitador da sua plena inclusão social, tal como preconiza o Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho. Muitos destes alunos são oriundos do sistema educativo moçambicano onde não encontram respostas para as suas especificidades.

A EPM-CELP é a única instituição em Moçambique a dispor de uma Unidade de Ensino Estruturado, dentro do âmbito dos Centros de Apoio à Aprendizagem. Estrutura de apoio da qual, neste momento, usufruem, a tempo inteiro, 17 alunos, com diferentes graus de Perturbação do Espectro do Autismo e, em alguns casos, com comorbidade com défices de diversas ordens. Esta estrutura tem sido fundamental na educação de alunos com Perturbação do Espectro do Autismo, que frequentam a EPM-CELP, tendo já permitido, em diversos casos a sua plena Inclusão na sociedade, em termos emocionais, sociais, académicos e profissionais.

A EPM-CELP tem como máxima proporcionar e alcançar elevados padrões de qualidade, ao nível da educação, para todos os alunos que a frequentam.

Nesse âmbito, tem investido na formação do seu corpo docente, no sentido de desenvolverem metodologias de ensino eficazes e de promoverem aprendizagem académica, prática, social e emocional de todos os alunos.

"O maior desafio do sistema escolar em todo o mundo é o da inclusão educacional." (Ainscow, 2009)

Ana Paula Gomes
Docente e Coordenadora de Educação Especial

A Educação Inclusiva é, na viragem do século XXI, um valor e um desígnio transversal, que cabe a todos, professores, escola, famílias e comunidade, em geral, para que seja possível a sua efetiva concretização.

Escola Lusófona de Nampula

A Educação Inclusiva

A preocupação com a Educação Inclusiva é um dilema com que nos debatemos desde que se tomou consciência da necessidade de incluir, nos processos de ensino e aprendizagem, os grupos sociais que apresentam dificuldades de acesso ao ensino normal direcionado a todos alunos.

Este processo levou a que muitas organizações não-governamentais chamassem a atenção de todos os governos e estados do mundo inteiro para a necessidade de as instituições de ensino criarem novas adaptações nas infraestruturas para as adequar às atuais necessidades da educação inclusiva.

A título de exemplo, em Moçambique, os indivíduos com necessidades educativas especiais (NEE), que são portadores de doenças como, por exemplo, a epilepsia, passam por dificuldades de vária ordem. Por um lado, encontram-se indivíduos que, devido ao seu estado de saúde físico-mental, enfrentam dificuldades no acesso às várias instituições públicas e privadas devido à sua condição; por outro lado, temos os alunos que sofrem ou temem sofrer bullying nas escolas, devido à falta da divulgação de mensagens sobre as pessoas com essas condições; há, ainda, a falta de um programa continuado na formação de docentes nos vários subsistemas de ensino, de modo a colmatar a onda de desinformação que há na esfera da sociedade moçambicana e a falta de inclusão dos alunos com NEE nas escolas do país.

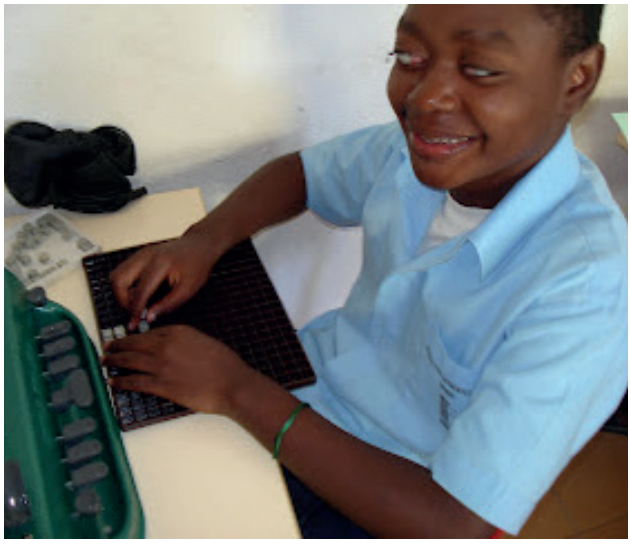
Como consequência, muitos são os pais e encarregados de educação que optam por manter os seus filhos ou educandos nas suas residências de modo a protegê-los das agressões que estes poderão sofrer por causa da sua condição físico-mental. Esta atitude dos pais e encarregados de educação tem contribuído, em grande medida, para a elevação dos altos índices de analfabetismo que o país apresenta, sobretudo junto das pessoas com algum tipo de deficiência.

É deste modo que, desde meados de 2005, em Moçambique se observou, e se observa, até aos dias atuais, a correção de algumas infraestruturas antigas para atender a situação das crianças com todo o tipo de NEE, incluindo: a criação de rampas de acesso para indivíduos com necessidades especiais físicas; o apetrechamento das instituições de ensino especial presentes nas cidades da Beira e de Maputo para alunos com necessidades educativas especiais (NEE) e intelectuais; a inclusão de alguns alunos em turmas normais do sistema nacional de educação, sendo que a conceção de planos para a construção de todas as infraestruturas deve ter sempre em atenção os variados grupos sociais.

Neste contexto, falar da Educação Inclusiva hoje, é falar da abertura que todos os Estados deram aos seus cidadãos (sobretudo àqueles que se encontram no grupo de NEE), para se poderem sentir incluídos, assim como acolhidos e não excluídos dos vários processos da vida do País. É, também, falar da abertura para a participação de indivíduos com deficiência, por exemplo, em variados Jogos Paralímpicos que diariamente temos acompanhado nos media. É, ainda, falar dos variados exemplos e testemunhos de superação que os indivíduos com deficiência têm mostrado nas variadas profissões que atualmente exercem.

Assim, a Educação Inclusiva visa dar oportunidades iguais a todos os cidadãos, independentemente da sua condição física ou mental, rumo aos desafios impostos a este grupo social e a um novo estilo de vida a adotar.

Lourenço Pio Sílvio
Docente da Escola Lusófona de Nampula



Aluno da ELN num momento de recriação

Neste contexto, falar da Educação Inclusiva hoje, é falar da abertura que todos os Estados deram aos seus cidadãos (sobretudo àqueles que se encontram no grupo de NEE), para se poderem sentir incluídos, assim como acolhidos e não excluídos dos vários processos da vida do País.

São Tomé e Príncipe

Photo by Victor Svistunov on Unsplash

Africa Code Week

O século XXI é muitas vezes caracterizado como aquele em que o mundo em que vivemos é complexo, altamente interconectado e em rápida mudança. Vivemos a era das inovações tecnológicas aceleradas, como a inteligência artificial, robótica, Internet das coisas e impressão 3D, levando à expansão da digitalização a todas as áreas das nossas vidas. Neste sentido, a escola deve preparar os alunos, que serão jovens e adultos em 2030, para empregos ainda não criados, para tecnologias ainda não inventadas, para a resolução de problemas que ainda se desconhecem. Ou seja, para a alfabetização digital. Vários estudos indicam que das treze profissões mais promissoras no futuro, dez necessitam de conhecimentos em algoritmos e linguagens de programação e que, a cada ano que passa, a procura de trabalhadores com competências digitais especializadas cresce cerca de 4%.

Nesta incerteza quanto ao futuro, onde se vislumbra uma miríade de novas oportunidades para o desenvolvimento humano, é necessário desenvolver nos alunos uma combinação de competências (pensamento crítico e criativo, empreendedorismo e saberes técnicos) que lhes permitam questionar os saberes estabelecidos, integrar conhecimentos emergentes e resolver problemas complexos, num ambiente de adaptabilidade e flexibilidade em resposta à mudança tecnológica, que a pandemia da COVID 19 veio acelerar.

É com este enquadramento que a Escola Portuguesa de São Tomé CELP se propôs coordenar, pela primeira vez em São Tomé e Príncipe, a Africa Code Week (https://africacodeweek.org/), uma iniciativa que se realiza desde 2015 e que na edição de 2019 mobilizou, nos 37 países africanos participantes, mais de 3,85

Formação a alunos que possuem necessidades educativas especiais, nomeadamente surdos

milhões de alunos, sendo quase metade raparigas e cerca de 6 mil alunos com necessidades educativas especiais, bem como 39 mil professores.

Com esta iniciativa pretendemos capacitar professores e alunos com competências básicas e necessárias sobre algoritmia e programação, de forma a estimular o interesse para esta área e sensibilizar para a literacia e inclusão digital, indo também ao encontro das metas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, nomeadamente a Educação de Qualidade e Igualdade de Género.

Durante este ano letivo já demos formação a estudantes universitários e a alunos que possuem necessidades educativas especiais, nomeadamente surdos.

Manuela Costeira
Diretora da EPSTP

Educação Inclusiva

É na Escola e no seio familiar que se apresenta a tarefa fascinante de ajudar uma criança a entrar no mundo moderno em que vivemos. Pais e Educadores têm uma importância fundamental na formação das crianças. Devemos em conjunto prepará-las, fomentando a maturidade das mesmas, para níveis cada vez mais elevados. Devemo-nos preocupar em formar, cada vez mais, com autonomia e para a solidariedade. A criança não é, nem deve ser vista como um tubo de ensaio! A criança é, sim, o depositário de um rol de aptidões valiosas. Cabe aos pais, amigos, professores, familiares... despertá-las, mantê-las e cuidá-las!

Acreditamos que uma das principais tarefas do professor consiste em observar o aluno no seu todo e em detetar necessidades e/ou dificuldades; despertar em cada criança a afeição e o gosto pelo trabalho intelectual e em fomentá-lo num clima de diálogo aberto, de confiança e de modelos/exemplos.

Foto cedida pela EPSTP

Encaramos como nossa responsabilidade (entre outras) o "dever de ajudar as crianças a alargarem a sua compreensão do mundo e a sua capacidade de encontrarem explicações para o mesmo" (Papert, 1990) isto é, as crianças devem ser orientadas no sentido de as deixarmos pensar por si, no intuito de conseguirem fazer melhor e de sentirem o prazer da descoberta. O importante é que nunca esqueçamos que "o que faz andar o barco não é a vela enfunada, mas o vento que não se vê", para que nunca cruzemos os braços à primeira dificuldade/desafio que nos apareça e consigamos ter a inteligência suficiente para, também, aprendermos com os nossos erros.

Um dia Serafim Queirós referiu que "Quando dizemos Inclusão para todos, estamos a excluir". Acreditamos que uma prática é sempre boa quando é adaptada ao contexto e às necessidades gerais da turma/grupo bem como quando atendemos às necessidades específicas/individuais. Só assim será significativa. Temos como objetivo que os nossos alunos estejam motivados e que alcancem o sucesso escolar, aliando a componente pessoal, social e global.

"O que conta, em definitivo é a ação tangível que fortifica e embeleza a vida do homem" (Freinet, 1976), porque a Educação é, no fundo, "um processo social, é desenvolvimento. Não é a preparação para a vida, é a própria vida." (John Dewey). O facto de vivermos numa sociedade em constante mudança, coloca um permanente desafio a todos os intervenientes no processo educativo. O futuro das pessoas e da própria sociedade depende duma forma muito notória daquilo que hoje se passa nas escolas, pois todo o caminho a percorrer depende das aprendizagens efetuadas, das competências, das vivências e dos saberes transmitidos.

Procuramos, desta forma, interações geradoras de mudança, ou seja, colocar os nossos alunos em situação de descoberta de si mesmos e das suas potencialidades, da relação com os outros e do meio que os rodeia, sempre numa dupla dimensão de conhecimento/ação, visando a gestão das diferenças, a resposta a necessidades, o despertar para realidades diferentes, o apropriarem-se de informações significativas.

Assim, acreditamos que, no que toca à Educação Inclusiva, a Escola Portuguesa de São Tomé e Príncipe tem um papel muito ativo e dinâmico.

Rute Fonseca
Docente da EPSTP

Documento de Reflexão Crítica

Foto cedida pela EPSTP

Das ideias chave que do meu ponto de vista podem fazer a diferença com os conceitos e práticas hoje em vigor, relativamente à educação inclusiva, realço o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA). Não obstante as escolas poderem, ainda que dentro dos limites que o processo de avaliação impõe, ajustar conteúdos dos currículos, o currículo nacional está pensado para um aluno tipo. Assim, a adoção do DUA, deverá constituir-se como uma oportunidade de mudança das práticas pedagógicas no sentido do movimento da inclusão iniciado com a Declaração de Salamanca (1994).

Garantido que está o acesso de todos à escola, estabelecido pelo regime jurídico do alargamento da escolaridade obrigatória até aos 18 anos de idade - Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto, regulada pelo Decreto-Lei n.º 176/2012, de 2 de agosto - importa, agora, assegurar o sucesso de todos, porque todos têm direito à aprendizagem. Assim, a participação e o sucesso de todos e de cada um é um imperativo. É neste âmbito que assistimos ao desenvolvimento de um conjunto de políticas educativas desde a autonomia e flexibilidade curricular, perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória, aprendizagens essenciais, educação inclusiva, etc. A implementação de oportunidades de aprendizagem, assentes nos princípios da equidade e flexibilidade, características de uma escola genuinamente inclusiva, constituir-se-ão como os alicerces de uma sociedade mais justa em que o grande desafio é assegurar a máxima aprendizagem para todos os alunos, sendo a escola e a sala de aula os

> A implementação de oportunidades de aprendizagem, assentes nos princípios da equidade e flexibilidade, características de uma escola genuinamente inclusiva, constituir-se-ão como os alicerces de uma sociedade mais justa em que o grande desafio é assegurar a máxima aprendizagem para todos os alunos...

contextos privilegiados. A implementação de medidas de apoio à aprendizagem, adaptação de estratégias, recursos e procedimentos constituem o modo de operacionalizar a participação de todos os alunos, realçando o potencial da funcionalidade humana, o que implica a reconceptualização das práticas educativas podendo dizer-se que é esse o fim do DUA. Deste modo, mais do que procurarmos medidas de remediação, adaptação, correção o que importa é que os docentes na planificação das suas aulas pensem em cada um dos seus alunos e pragmatizem o currículo considerando essa diversidade. Da mesma forma, os alunos deverão poder mostrar em diferentes formatos e suportes o que aprenderam obstando assim o formato único de avaliação das aprendizagens – o teste – porque o que importa é garantir a aprendizagem. Importa, pois, democratizar o sucesso, já que insucesso é igual a não aprendizagem. Ou seja, uma escola inclusiva tem de ter uma avaliação justa!

Tendo em conta que o docente em sala de aula não responde a um grupo mas a cada um dos elementos que formam esse grupo e que o modo como aprendemos não é linear, (*redes cerebrais* - reconhecimento, a estratégia e o envolvimento) os processos de planificação têm de ser um exercício constante que deve colocar o docente em permanente desafio no sentido da eliminação das barreiras à aprendizagem. Aqui, importa realçar o papel preponderante que as tecnologias de informação e comunicação podem assumir tendo em conta, como já se disse, os diversos perfis de aprendizagem dos alunos. Importa, ainda, que na planificação da aula o docente questione:

O que aprenderam os alunos?

O que necessitam de aprender?

Como aprenderam?

Que metodologias e estratégias foram mais adequadas?

Este permanente exercício de questionamento na ação assegura que as tomadas de decisão pelo docente sobre o quê, o como e quando fazer são sustentadas e com intencionalidade pedagógica.

Pelo exposto, considerando o movimento, em curso, relativo à implementação da flexibilização curricular, a publicação do novo normativo legal relativo ao apoio à aprendizagem dos alunos que em algum momento do seu percurso escolar apresentem dificuldades, importa refletir sobre a necessidade de formação de professores para a educação inclusiva devendo, contudo, registar-se as iniciativas que têm vindo a ser promovidas pelos Centros de Formação de Professores que são um importante impulso nesse sentido. Apesar de se constatar, ainda que de forma trémula, que a Escola está a integrar nas suas práticas o que os normativos em vigor determinam é preciso, agora, trazer a Inclusão para dentro da sala de aula.

É sabido que a generalidade dos cursos de formação de professores não contempla, nos seus planos de estudos, conteúdos relativos às formas de intervenção junto dos alunos com necessidades específicas de educação bem como a diversidade de formas de acesso à informação. Assim, é determinante que as Universidades/Escolas de formação de docentes sejam, rapidamente, envolvidas neste movimento. Da mesma forma que nenhum aluno pode ficar para trás, nenhum professor pode passar para outrem a exigente tarefa que é ensinar quem aprende de forma diferente.

Carla Pereira Menino
Docente da EPSTP

Timor-Leste

Photo by Tanushree Rao on Unsplash

Escola Portuguesa de Díli - CELP - Ruy Cinatti

"Somos um só e somos todos. Porém, devemos saber que esta compreensão da complexidade não é um automatismo, mas uma escolha ética."

Tolentino Mendonça

No Projeto Educativo (PE) da nossa Escola Portuguesa de Díli, datado no quadriénio de 2016/20, assumimos a dimensão filosófica e ôntica do "tantos e todos sendo", ilustrando deste modo a nossa visão fragatiana da demonstração/relação estabelecida entre o Sein e o Dasein de Heidegger. O Ser-aí ou o Ser-aí-no-mundo heideggeriano é a realidade possibilitante do questionamento que se assume, designadamente, na linguagem enquanto momento triangular de persuasão, ou seja, um ethos de credibilidade e ética, um pathos de emoção e sentimento e um logos de razão em coexistente devir heraclitiano.

Do processo de avaliação do nosso Observatório da Qualidade ao PE, a proposta e referencial da nossa Escola, o PE para o quadriénio 2020/2024 desenvolve a ideia de Bernad Shaw, que nos remete para o sonho do que nunca foi, obrigando-nos, o questionar, porque não?

É esta comunidade educativa, empenhada e promotora – num clima afável e colaborativo – de valor acrescentado para Díli e Timor-Leste, porque sustentada em relações profissionais e laços de solidariedade entre todos os atores educativos, que aceita o desafio de assumir a responsabilidade de exigir e construir para a Escola Portuguesa de Díli, não só um ensino de qualidade, mas que responde, também aos desafios que quotidianamente são colocados.

Realidade insofismável.

Este é um caminho que se faz caminhando. Por veredas, com escolhos, mas com determinação de quem tem da Escola uma ideia de partilha, de lugar de saberes de ponto de partida para um mundo globalizado.

Escola multidisciplinar, inclusiva e determinante num futuro que não renegando o passado se constrói neste presente tão incerto. Escola onde, (i) as aprendizagens são significativas e substantivas, (ii) o aprender não é apenas um acumular de conhecimentos aos quais não se sabe dar uso, mas sim onde se pode dar sentido e aplicar tudo aquilo que se aprendeu e (iii) onde existe prazer em aprender não só de forma orientada, como também autonomamente.

Porque procuramos compreender o meio envolvente e os anseios e expectativas dos jovens e das suas famílias, esta comunidade educativa organiza a sua oferta educativa, contextualizada e personalizada.
Com sentido, solidário e humano!

Temos de ser nós a fazer valer eticamente as implicações da diversidade e da unidade, reconhecendo, como refere Tolentino Mendonça, que a diversidade humana é um precioso património da sua unidade e a unidade humana é um bem inalienável da diversidade que nos caracteriza. O humanismo que se propõe é, assim, uma lição de inclusão e de esperança.

Acácio Azevedo de Brito
Presidente da CAP

Em Busca da Inclusão

Uma escola inclusiva é aquela que não só aceita a diferenciação discente, como, e principalmente, se demonstra capaz de procurar e lhes proporcionar um percurso educativo adequado, assente numa estrutura didática e pedagógica potenciadora das suas capacidades. É necessariamente uma escola que se reconhece e se valoriza, nomeadamente trabalhando em parcerias diversas que aportam enriquecimento de conhecimentos aos membros da sua comunidade educativa. A implementação de uma educação inclusiva é um processo gradual feito de sucessivas adaptações, de forma contínua e coletiva.

Independentemente da abordagem ao tema (desde a publicação dos artigos 71.º e 74.º da Constituição da República Portuguesa de 1976), das normas legislativas a cumprir com maior ou menor grau de burocratização, de todas as possíveis discussões acerca da contingência das diferenciações e respetivas intervenções, das terminologias mais ou menos politicamente corretas, há que ser-se realmente capaz de viver a inclusão, a de cada um de nós e a dos outros.

Não será exagerado afirmar que continuamos a ser fruto de preconceitos diversos, muitas vezes camuflados por supostas condescendências que acabam por ser discriminatórias pejorativamente, mesmo que de forma inconsciente. Amiúde criticamos sem perceber, fazemos juízos de valor sem mudar o *zoom* e o ângulo de observação, desculpabilizamo-nos e facilitamos, ao invés de adequarmos efetivamente, mantendo a exigência... Por vezes as nossas falhas são só reflexo da falta de *know-how* relativamente a instrumentos mais adequados na capacitação de cada um de nós e daqueles com quem trabalhamos. Porque lidar com a diferenciação não é fácil, há que querer melhorar e fazer por isso.

A todos é exigível um maior cuidado reflexivo e uma prática inclusiva em sentido lato. É importante assumir-se sem pudor que incluir não tem que significar, necessariamente, gostar, mas implica aceitar, respeitar e saber trabalhar em prol de um coletivo, através das diferenças existentes num grupo. É treinando técnicas adaptativas alicerçadas na aceitação das limitações, nossas e dos outros, que

Foto de RODNAE Productions no Pexels

melhor nos preparamos para ensinar cada criança ou jovem, promovendo a inclusão de todos, agindo como modelos assertivos praticantes.

A ação social é uma ação educativa e a ação educativa é ação social num âmbito integral. A própria educação inclusiva comporta um processo educativo eminentemente social.

É, portanto, sem espanto, que se regista o facto de a Escola Portuguesa de Díli ser participante, dinamizadora e promotora de ações de caráter social, em múltiplas formas e circunstâncias, desde logo no campo de ação das práticas educativas diárias, as quais resultam de uma atenta intervenção no contexto em que esta escola se insere.

Perante adversidades locais de caráter natural, epidémico ou individual, a EPD tem sido um baluarte da ação imediata na resolução de alguns problemas, no apoio à superação de outros e na criação de condições favoráveis para a persecução dos objetivos educativos. A sua ação expande-se para além da inscrita nos normativos legais no que respeita à educação inclusiva, essencialmente porque não se cinge à sua aplicabilidade junto dos discentes perpassando noções e valores aos pais, encarregados de educação, membros da escola e demais entidades com responsabilidades sociais.

É pela qualidade e consistência das pequenas e grandes ingerências que se pode avaliar o sentido pleno de inclusão e é, neste prisma, que a EPD se esculpe como uma escola inclusiva.

Teresa Mendonça
Coordenadora da EMAEI

Notícias

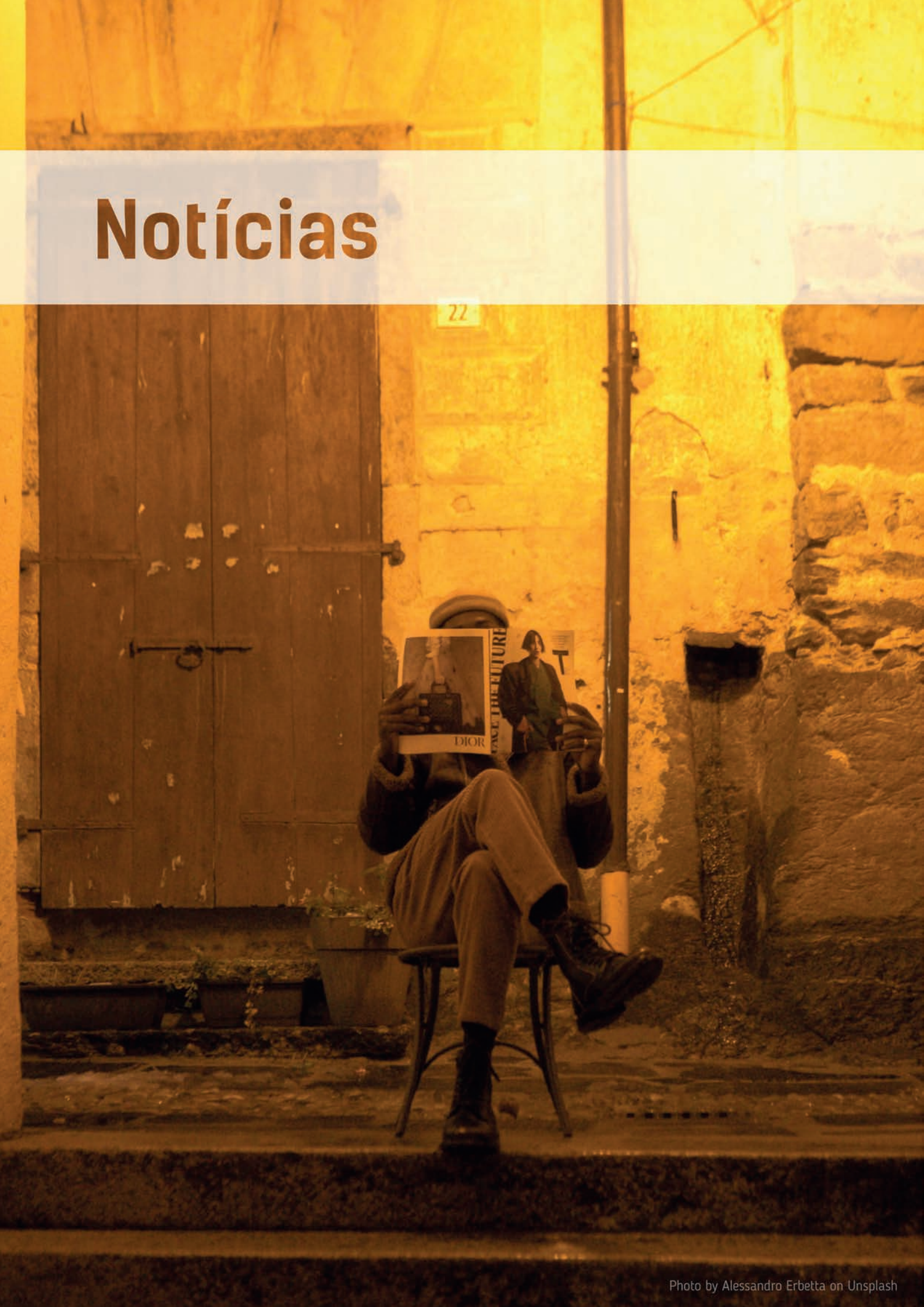


Photo by Alessandro Erbetta on Unsplash

Concurso Nacionalde Leitura

O Concurso Nacional de Leitura é promovido pelo Plano Nacional de Leitura 2027, em articulação com a Rede de Bibliotecas Escolares; a Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas; o Camões Instituto da Cooperação e da Língua; a Direção de Serviços de Ensino e de Escolas Portuguesas no Estrangeiro e a RTP.

Na edição do Concurso Nacional de Leitura, participaram 2300 escolas e 3700 alunos de todos os ciclos de ensino, das escolas do continente, das ilhas, dos países de expressão portuguesa e dos países com ensino do português, tendo os alunos das EPE participado com grande expressão, enorme empenho e entusiasmo.

Para a final da 14.ª edição do Concurso Nacional de Leitura (CNL) que se realizou em Oeiras no dia 5 de junho de 2021, foram apuradas três alunas pertencentes à Rede de Escolas Portuguesas no Estrangeiro (EPE) Ochanely Stefania Costa Veríssimo e Costa, Mariana Dolores Martins Caravela e Elvira Carvalho D'Alva, respetivamente do Colégio Português de Luanda (1.º Ciclo), da Escola Portuguesa de Moçambique (3.º Ciclo), e da Escola Portuguesa de São Tomé e Príncipe (Ensino Secundário) e tendo cada uma delas recebido uma menção honrosa.

Os resultados alcançados pelas alunas foram reveladores do enorme empenho e motivação que as acompanharam, nas diversas fases do CNL, e simultaneamente um enorme orgulho pela qualidade das suas prestações.

Saudamos desta forma todos os alunos participantes, assim como os docentes, professores bibliotecários, pais, alunos e demais intervenientes.

A DSEEPE

L/ATITUDE

ESCOLAS PORTUGUESAS NO ESTRANGEIRO

REPÚBLICA PORTUGUESA | EDUCAÇÃO

Direção – Geral da Administração Escolar

DSEEPE